

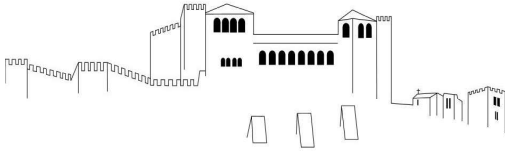
ATA N.º 2/2020

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE
24 DE ABRIL DE 2020**

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte, no auditório do Teatro Miguel Franco e por vídeo conferência reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram **presentes no auditório do Teatro Miguel Franco** os seguintes deputados:

- Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
- Ana Carla Marques Pereira Gomes,
- Artur Rogério de Jesus Santos,
- Carlos António Cordeiro da Conceição;
- Célia Maria Brogueira Afra;
- Cláudia Alexandra Machado Santos da Silva;
- Daniela Alexandra Lopes de Sousa;
- Joana Brito Cartaxo;
- Gastão Manuel de Oliveira Neves;
- Joaquim Carreira Mónico;
- José Artur das Neves Ferreira;
- José Carlos Matias Felipe;
- José da Silva Alves;
- José Manuel da Cunha;
- Laura Maria Santos de Sousa Esperança;
- Luís Filipe Domingues Pinto;
- Manuel António Azenha dos Santos Pereira;
- Micael de Silva e Sousa;
- Paulo Alexandre Jesus Clemente;
- Paulo Pedrosa Pedro;
- Pedro Ricardo Soares Pimenta;
- Renato José dos Santos Cruz;
- Ricardo de Jesus Gomes;
- Rosa Maria de Sousa Brilhante Pedrosa;
- Rui Manuel Passadouro da Fonseca;
- Vítor Manuel da Silva Santos;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Estiveram **presentes no auditório do Teatro Miguel Franco** os seguintes membros do executivo:

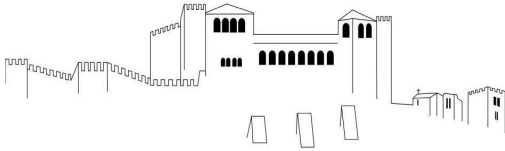
- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Anabela Fernandes Graça;
- Ana Maria Fernandes Esperança,
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Álvaro Madureira.

Estiveram **presentes por vídeo conferência** os seguintes deputados municipais:

- Américo Rosa Ferreira Bom;
- António Ferreira Pereira de Melo;
- António José de Almeida Sequeira;
- Carlos Manuel Carvalheira Barbeiro;
- Céline Moreira Gaspar;
- Fábio Alexandre Seguro Joaquim;
- Faustino Ferreira Coelho Guerra;
- Fernando Paulo Mateus Elias;
- Helena Cristina da Fonseca Brites;
- Joana Marisa Pedrosa Vieira Correia;
- João Manuel Faria Fernandes da Cunha;
- Jorge Manuel Vieira Crespo;
- José António Sousa e Silva;
- Mário Rodrigues;
- Margarida Maria Castelão de Sousa Dias;
- Mário de Sousa Gomes;
- Pedro Manuel Carreira Pedrosa;
- Telma Carreira Curado;
- Teófilo Agostinho Martins Araújo dos Santos;
- Ventura José Rolo Tomaz;
- Vítor Manuel Casimiro Matos;

Estiveram **presentes por vídeo conferência** os seguintes **membros do executivo**:

- Ana Maria Fernandes Esperança;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos;
- Rita Alves da Costa Azevedo Coutinho;
- Ana Catarina de Moura Louro;
- Fernando José da Costa;
- Ana Silveira;



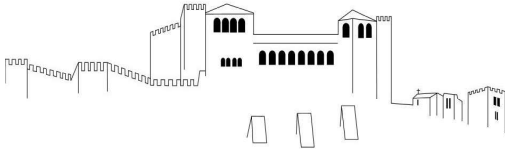
Os seguintes deputados municipais solicitaram a sua **substituição**, tendo os substitutos participado na sessão por vídeo conferência:

- Maria Isabel de Almeida Gonçalves, substituída por Rui Lebreiro;
- José Pereira dos Santos, substituído por Tânia Andreia Cardoso Rodrigues;
- Vítor Pereira dos Reis, substituído por Valentim Teodósio Ferreira.

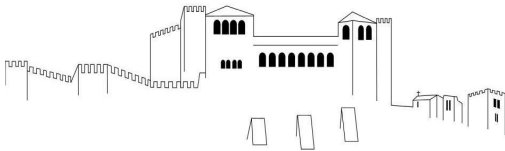
A sessão foi iniciada pelo senhor **António José de Almeida Sequeira, Presidente da Assembleia Municipal**, tendo sido conduzida por **José da Silva Alves, 1.º secretário da Mesa** e secretariada por **Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra, 2.ª secretária da Mesa**.

Havendo "quórum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 17h05 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- 1. Covid19** – Intervenção do deputado Rui Passadouro e do senhor Presidente da Câmara;
- 2. Medidas extraordinárias e de carácter urgente de resposta à situação epidemiológica do novo COVID 19** – Apreciação, discussão e votação;
- 3. II Plano de medidas extraordinárias e de carácter urgente de resposta à situação epidemiológica do novo COVID 19** – Ratificação de despacho - Apreciação, discussão e votação;
- 4. Medidas de contenção da pandemia internacional decorrente da doença COVID 19, ao nível dos mercados e feiras municipais** - Ratificação de despacho – Apreciação, discussão e votação;
- 5. Prorrogação de prazos de pagamento de taxas no seguimento da pandemia internacional decorrente da doença COVID19 – Cemitério de Leiria** – Apreciação, discussão e votação;
- 6. XII Modificação ao Orçamento Municipal 2020** – 2.ª Alteração Modificativa ao PPI e PAM – Apreciação, discussão e votação;
- 7. Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências:**
 - 7.1. Contrato Interadministrativo nas Juntas de Freguesia no âmbito da Manutenção da Faixa de Gestão de Combustível da Rede Secundária – Rede Viária Municipal** - Alteração ao anexo 2 - mapa financeiro - Apreciação, discussão e votação;
 - 7.2. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na União das Freguesias de Colmeias e Memória no âmbito da Gestão e Manutenção de Feiras e Mercados** - Apreciação, discussão e votação;
 - 7.3. Minuta de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências no âmbito da Educação** - Apreciação, discussão e votação;



- 7.4.Modificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da Educação, na área da Ação Social Escolar, no Pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico** - Apreciação, discussão e votação;
- 8. Regulamentos Municipais de Atribuição de Apoios:**
- 8.1.Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Financeiros para as Sedes das Freguesias/Uniãos das Freguesias** - Apreciação, discussão e votação;
- 8.2.Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Financeiros Pontuais para Obras** - Apreciação, discussão e votação;
- 8.3.Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios para Despesas Correntes e Capital** - Apreciação, discussão e votação;
- 8.4.Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniãos das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Corrente e Capital – Alteração** - Apreciação, discussão e votação;
- 9. Transferência de Competências do Município de Leiria para os órgãos das Freguesias/Uniãos de Freguesia** - Apreciação, discussão e votação;
- 10.Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho de Leiria** - Apreciação, discussão e votação;
- 11.Nomeação de Juizes Sociais – Juízo de Família e Menores de Leiria** – Para conhecimento;
- 12.Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais 2019 - Listagem de compromissos plurianuais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento** – Para conhecimento;
- 13.Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos – Listagem de compromissos plurianuais da Câmara Municipal** – Para conhecimento;
- 14.Processo n.º ON/2017/988 - Sónia Catarina Domingues Pereira – Desafetação do domínio público** - Apreciação, discussão e votação;
- 15.Abertura de procedimentos concursais de recrutamento e seleção com vista ao provimento de titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau** – Apreciação, discussão e votação;



Município de Leiria Assembleia Municipal

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal – António José de Almeida Sequeira**, a todos cumprimentou e deu início à sessão, começando por formular votos de que todos possam ultrapassar este período de isolamento que atravessamos, com saúde.

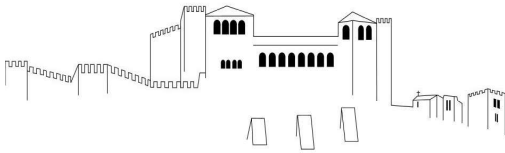
Mencionou o fato de este ano a sessão comemorativa do 25 de abril ser da responsabilidade da Assembleia Municipal. Seria uma sessão onde estava prevista a participação de um orador convidado e a participação de uma série de escolas para fazer a animação alusiva a essa data. Uma vez que não será possível essa realização optou-se por dar a voz a todos os líderes de bancada da Assembleia Municipal, para que possam deixar uma mensagem alusiva à data.

Aproveitou para efetuar alguns agradecimentos nomeadamente ao Agrupamento de Escolas da Caranguejeira e Santa Catarina da Serra, os Martinhos, à Escola Secundária Afonso Lopes Vieira (grupo de teatro) e à Profª Clara Leão, com os alunos do pré-escolar do Agrupamento D. Dinis, que se encontravam já a ensaiar a sua prestação na referida cerimónia.

Fez questão de agradecer ao orador convidado, o senhor presidente da Associação Nacional de Assembleias Municipais, que fez o favor de enviar um apontamento sobre o 25 de Abril, que será lido durante a sessão e posteriormente publicado na página do Facebook da Assembleia Municipal.

Comunicou a todos as medidas adotadas em relação àqueles que estão na sala, para que ficassem reunidas todas as condições possíveis, sempre com o aspeto sanitário superiormente orientado nos conselhos do senhor deputado Rui Passadouro, técnico de saúde pública sempre presente. Foi ele que impôs as distâncias a que os deputados estão e uma série de condicionalismos que se justificam. Fez saber que uma das coisas que mais preocupava era o microfone utilizado pelas pessoas que vão falar na sala tendo-se optado, em vez do púlpito habitual, pela colocação de um microfone de pé. Cada orador utilizará uma proteção individual descartável em TNT que deverá ser colocada no microfone sempre que usar da palavra. Deu ainda conta de que estão disponíveis máscaras, viseiras, desinfetantes, águas individuais e copos descartáveis, tudo colocado a distâncias consideradas convenientes.

Fez saber que foi tido em conta o máximo de cuidado com as dificuldades inerentes à realização de uma sessão deste género, que não é exclusivamente videoconferência. Seria mais fácil, se assim fosse, mas tal não foi possível dado o elevado número de deputados. Mencionou o fato de terem surgido algumas questões técnicas que prontamente foram resolvidas pelos serviços informáticos do Município, a quem aproveitou para agradecer. Agradeceu ainda ao staff do Teatro Miguel Franco e ao staff da Assembleia Municipal, que foram incansáveis no sentido de se conseguir efetuar esta sessão, não facilitando nas medidas sanitárias de segurança.



Município de Leiria Assembleia Municipal

De seguida comunicou a forma como a sessão teria lugar, sendo que iniciaria com a leitura da mensagem do Dr. Albino de Almeida, Presidente da Associação Nacional de Assembleias Municipais e também Presidente da Assembleia Municipal de Gaia, continuando com a sua intervenção sobre o 25 de Abril, pedindo de seguida a sua substituição. Esclareceu entender que quem está na sala possui mais condições para gerir a sessão e que após solicitar a sua substituição já não poderá participar na mesma, de acordo com o Regimento não é possível retornar. Comunicou ainda que após a sua intervenção a sessão será orientada pelos primeiro e segundo secretários e que as intervenções serão efetuadas por ordem decrescente de representatividade.

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia Municipal – António José de Almeida Sequeira** passou a ler a mensagem do Doutor Albino de Almeida.

Transcrição:

"A Política é a luta da Memória contra o Esquecimento!"

Todos os anos ao evocar a data gloriosa do 25 de Abril, a Memória recorda-nos os heróicos militares de Abril que derrubaram a ditadura fascista e, com eles, logo após aquela madrugada libertadora, aqueles outros construtores da Democracia que Abril nos trouxe, dos quais ressalto Vasco da Gama Fernandes e Francisco Oliveira Dias, por serem duas personalidades que Leiria bem conheceu e a quem todos ficamos agradecidos pela determinação e perseverança na acção política - ambos foram presidentes da Assembleia da República e muito contribuíram para o seu prestígio!

Escrevemos esta reflexão, em tempo de aparente retrocesso da pandemia que assolou a Europa, o País e as nossas vidas.

Nos últimos trinta dias a frase "o mundo é um lugar perigoso" nunca fez tanto sentido!

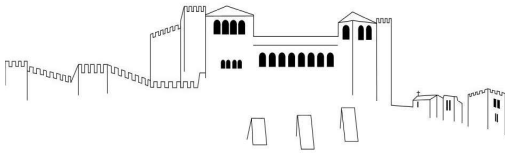
Na verdade éramos, todos, incapazes de prever o que estamos a viver há quase quatro semanas.

Mantemos a esperança de dias melhores em que acreditamos vir a ter a capacidade e o engenho de realizar, no exercício prático das nossas responsabilidades políticas, tudo o que pudermos ter aprendido nestes momentos, porque todos aprendemos.

Reforcei a ideia, creio que comum à generalidade dos meus colegas, que somos, muitas vezes, uma espécie de Provedor dos Cidadãos munícipes.

Aquela última porta a que o cidadão munícipe bate na expectativa de que o seu problema - para cada um, compreensivelmente, é o maior problema do mundo - possa ser resolvido, acompanhado, encaminhado.

O meu desejo, em especial para a pós-pandemia, é que saibamos transformar as Assembleias em espaços em que possamos inscrever a prática de uma ideia - atribuída a um antigo presidente americano - segundo a qual, quando os cidadãos se lhe dirigiam, "estavam entrar na casa de onde ninguém sai sem uma resposta"!



Município de Leiria Assembleia Municipal

Já o fazíamos assim, aliás, muitas vezes! E por vários meios - utilizando o email e todas as novas tecnologias disponíveis - em quase todos os Municípios.

Longe vai o tempo em que era só no espaço público, no café, na rua, à porta das nossas casas, que éramos interpelados pelos cidadãos para os mais variados problemas, ou situações concretas que os preocupam.

São, diariamente, dezenas de emails, a solicitar a nossa mediação para as melhores soluções que pudermos prover junto do executivo municipal.

Nos tempos que correm esse contacto virtual explodiu, no corolário de uma nova forma de comunicação da sociedade em rede em que vivemos, cada vez mais!

Gostava de partilhar que, nesse papel central de representante de todos os cidadãos do Município, ganha relevância a parceria de excelência, entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, permitindo o tratamento equitativo dos problemas dos cidadãos munícipes que, todos iguais, face à Lei, são todos diferentes, nas suas circunstâncias.

Na verdade, cumprindo ambos o sagrado objetivo de representar e de servir quotidianamente o Município junto dos Cidadãos Munícipes, ao sermos portadores das preocupações dos mesmos junto do Município, tivemos muitas surpresas agradáveis e pedagógicas que importa registar!

Muitas vezes o que parecia ser um problema irresolúvel deixou de o ser quando o interlocutor passava a ser o adequado, seja pela mediação seja pela arbitragem dos presidentes em sintonia de princípios e fins.

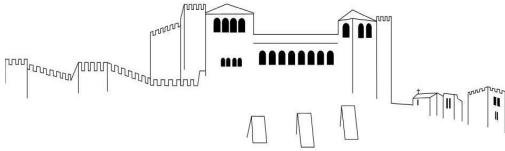
Na verdade, várias vezes, quando há razões de queixa dos cidadãos munícipes, também essas se ultrapassam na permanente, discreta, mas efetiva ligação entre os dois órgãos - deliberativo e executivo - dos Municípios.

Este papel do Presidente das Assembleias Municipais, bem como de todos os seus eleitos, é cada vez mais visível, é cada vez mais exigido pelos cidadãos, é cada vez mais importante e decisivo nas nossas tarefas exercidas praticamente em regime de voluntariado.

É esse, temo-lo constatado, por todo o País, nas reuniões a que chamamos ANAM em DIÁLOGO, o esforço de valorização que todos estamos a fazer no exercício quotidiano do Poder Local da parte dos Presidentes das Assembleias.

Neste momento sabemos que o Poder Local integra também as nossas instituições, todas sem exceção, pois que a rede que apoiamos e ajudamos a desenvolver em cada Município é a que está sempre na linha da frente para alargar o potencial de eficácia das políticas públicas.

Como enfatizou o presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, nestes tempos de sombras que atravessamos, estar presente, estar atento, estar solidário, estar disponível, é muitas vezes uma missão dos Presidentes das Assembleias Municipais que passa pela



Município de Leiria Assembleia Municipal

ação eficaz, mas com a máxima discricção, essencialmente passa por não estarmos na fotografia, no palco.

Capazes de uma magistratura de influência, temos tido um papel relevante de apoio, estímulo e reforço institucional de políticas públicas que pertencem, por legitimidade democrática e própria ao poder executivo!

Confinados aos nossos lares, não podendo estar presencialmente a ouvir, a indicar caminhos, ou a apoiar na solução das solicitações que nos chegam, das mais variadas índoles, como Presidentes das Assembleias Municipais, temos o poder do contacto institucional que, nomeadamente, permite uma maior rapidez de circulação da informação.

Deste inesperado combate, ou sairemos mais fortes, resilientes, conscientes do nosso papel na nossa sociedade, no nosso concelho, no nosso País, ou sairemos ainda mais pobres, porque o egoísmo, como alertou o Papa Francisco, não nos salvará!

É um imperativo ter Assembleias Municipais valorizadas que discutam e avaliem a disponibilidade e o estado dos equipamentos municipais que, em tempo e de forma adequada, saibam validar as melhores escolhas de políticas públicas concelhias, em especial nas Áreas da Saúde, da Educação e da Proteção Social e Civil. Como várias vezes repetia o Bispo D. Manuel Martins, se o Estado não for mesmo Social, para que o queremos?" Ora esse Estado Social está cada vez mais associado à proximidade e essa à característica maior dos Municípios.

Assembleias temáticas, com debates abertos aos sectores sociais, económicos e culturais que estimulem a participação cívica permanente e que intervenham no dia-a-dia do Município, serão cada vez mais necessárias.

Quando fazemos a discussão e preparamos as decisões de carácter mais geral, não estamos a meter a foice em seara alheia.

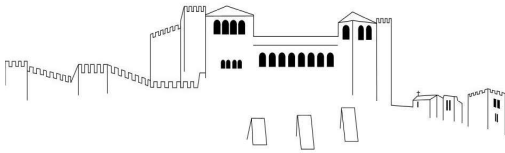
Esta seara é de todos! Todos temos de plantar bem para colher de acordo com essa plantação.

Era o que estávamos a preparar em todas as dimensões possíveis e com recurso aos meios mais adequados para este ano de 2020, no âmbito da ANAM, com a valiosa participação e colaboração da Assembleia Municipal de Leiria, através da inteligência e capacidade de análise, crítica e contributos do seu Presidente, colega António Sequeira que aqui quero referir na senda das evocações de personalidades já feitas, neste texto!

Continuaremos a preparar esse avanço, agora com trabalho no recato dos nossos lares, escutando ativamente todos os nossos colegas de todos os Municípios.

E, quando for possível e necessário, diremos, mais uma vez, estamos presentes, ativos e, bem assim, criativos!

Viva o 25 de Abril!



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Viva Portugal!"

Concluída a leitura o senhor **Presidente da Assembleia Municipal – António José de Almeida Sequeira** leu a sua mensagem alusiva ao 25 de abril.

Transcrição:

"Todas as crises, por mais inéditas, estranhas, profundas e inesperadas que sejam deixam sempre revelações das quais devemos extrair lições para refletir no passado, analisar o presente e iluminar o futuro.

E ao contrário do que alguns pensam, a situação que nos atormenta e absorve o nosso quotidiano, não deve impedir a comemoração do 25 de Abril, muito pelo contrário mais a vem justificar.

É natural que a geração de hoje, para a qual viver em democracia é a situação naturalmente óbvia, não valorize os direitos de que usufrui, mas é obrigação nossa continuar a lembrar-lhe que a democracia , foi uma conquista de alguns que tudo sacrificaram para que direitos tão singelos como exprimir livremente o pensamento e participar na escolha de quem nos governa, não sejam crime nem utopia, sejam isso mesmo, direitos sagrados.

E enquanto pudermos, cá estaremos todos os anos para enaltecer o espírito de abril, não já como uma efeméride de calendário, mas sim como um estado de espírito. Um farol simbólico para nos orientar na consolidação de uma sociedade justa, livre, fraterna e solidária.

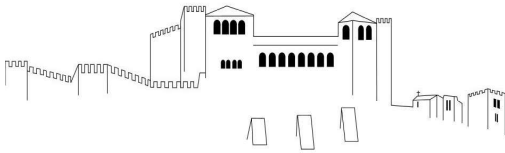
Quantas vezes já se disse que as conquistas de Abril que influenciaram mais marcadamente a qualidade de vida dos portugueses foram a instituição de um poder local autónomo e representativo e a criação de um serviço nacional de saúde.

Um poder local que face á sua proximidade e conhecimento das carências pudesse contribuir decisivamente na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Um serviço de saúde que nos libertasse dos pobres índices de assistência médica que exibíamos e constituíam uma vergonha em confronto com os nossos vizinhos europeus.

Também e agora em tempos menos remotos exprimíamos as nossas preocupações pelos sinais que nos chegavam desta Europa que considerávamos imune a tentações totalitárias, de uma crescente onda de populismo que nos faziam temer pela alma da democracia. Embora ainda sem grandes afloramentos desta tendência no nosso país atribuíamos a culpa do fenómeno ao facto das instituições democráticas mostrarem ausência de argumentos para reconquistar a confiança dos cidadãos que insistentemente mostravam uma sensível falta de estima e consideração pelos políticos e por vezes até uma preocupante aversão à política.

Não sendo necessário vermo-nos envolvidos nesta emergência sanitária e na calamidade económica e social emergentes, para reconhecer as virtualidades do poder local e pelos



Município de Leiria Assembleia Municipal

benefícios do serviço nacional de saúde, não podemos, no entanto, deixar de enfatizar que prova mais evidente do que esta era difícil de imaginar.

E na minha opinião até a terceira circunstância que referi da falta de estima e consideração pelos políticos e pela política, recebeu um inesperado subsídio para uma recomposição de imagem que poderá restabelecer a confiança nos regimes democráticos. Não era necessário efetivamente passarmos por esta provação para justificar as vantagens do poder local, mas é caso para manifestarmos o nosso júbilo pelo inestimável contributo que tem prestado neste particular. Sabemos como as populações do nosso concelho têm beneficiado da ação do Município e das Juntas de freguesia. Noutros concelhos não terá sido diferente, mas permitam-me que destaque a nossa, com conhecimento de causa.

A pronta, eficaz e valiosa ajuda que a Camara Municipal de Leiria e as Juntas de freguesia têm disponibilizado às populações merece o nosso reconhecimento muito sincero e muito veemente. Eles sabem como ninguém, onde está quem mais precisa e do que precisa.

Bem mereciam que enumerasse aqui em pormenor tudo o que tem sido feito, mas não tenho espaço para o fazer sem desrespeitar o tempo atribuído.

Só peço que sirva de lição para os que ainda se não convenceram que a descentralização serve para aumentar a confiança nas instituições e a eficácia das políticas públicas, que são o cimento para a consolidação da democracia.

A própria Europa deu o exemplo com a política da coesão em que dá sinais de querer enveredar para uma ótica de Europa das regiões, em detrimento da Europa das Nações.

A resposta exemplar do nosso serviço nacional de saúde também veio por à prova a sua imprescindibilidade e necessidade de retoma do prestígio que se estava a perder pelas naturais exigências da modernidade e da longevidade das populações.

Que seria de nós sem a prontidão do poder local e sem a competência do SNS!

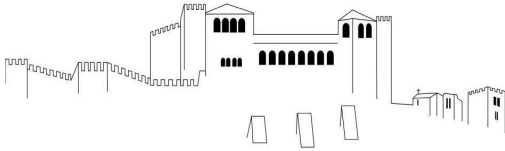
Não deixo de relevar o reconhecimento que é devido a todos os portugueses, que dentro da missão que o combate à pandemia lhes atribuiu, têm na generalidade sido exemplares, obviamente com realce para aqueles que na frente do combate, com fortíssimo e iminente risco para a sua saúde e dos seus, têm conseguido minimizar com êxito os efeitos da pandemia.

O que ficou dito, pode não o parecer, mas tem tudo a ver com a celebração do 25 de Abril.

A diligência dos autarcas e a capacidade dos nossos profissionais de saúde espelham o que de mais puro tem o espírito de abril.

Abril para sempre!"

Concluída a sua intervenção o senhor **Presidente da Assembleia Municipal – António José de Almeida Sequeira** solicitou ao senhor 1º secretário da Mesa que o substituísse



Município de Leiria
Assembleia Municipal

não sem antes desejar a todos os presentes saúde e formulando votos de que vivam esta situação tremenda em que nos encontramos e que possam sair dela em breve.

De seguida o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** a todos cumprimentou dando a palavra ao representante do PS – deputado **Acácio Sousa**.

Cumprimentou todos os presentes.

Transcrição:

"Uma sociedade não se organiza sem referências e estas, muitas vezes, são evocações que lembram linhas por onde ela se deveria regular. Contudo, não podemos viver só de símbolos ocasionais, pois o que devemos pretender é que muitos deles se tornem o lastro do quotidiano.

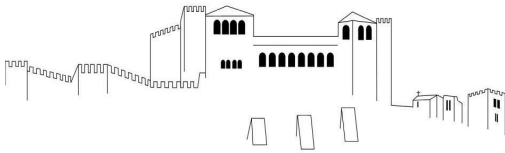
Quanto às comemorações do 25 de abril de 1974, a meu ver, é isto que se deveria passar. Os mais velhos como eu, democratas que viveram aquele dia, amarguram-se pela pouca adesão dos jovens aos festejos mas, o que poderíamos entender é que a maior vitória da Democracia são os seus ideais terem sido assumidos com naturalidade pela sociedade portuguesa e não dependerem de celebrações especiais.

Não estou a dizer que o 25 de abril deve ser ignorado, pelo contrário. O que quero dizer é que há momentos da nossa História que não devem ser nostálgicos mas sim, revitalizantes. O 25 de abril não deve servir para, apenas nesse dia, nos engalanarmos com o cravo na lapela, assistirmos a sessões solenes e só no ano seguinte voltarmos a falar na Democracia. Esta é um bem que deve estar sempre presente e esta será a maior vitória do chamado Movimento dos Capitães.

Naturalmente, quem sentiu o que foi o regime ditatorial encara a marca de abril com um sentimento mais vivo, e mais grato estará à Revolução. No entanto, também nas gerações posteriores a 1974, e esta Assembleia é um exemplo, muita gente percebe o que é um regime e o que seria o outro. E percebemos como, sobretudo em momentos de crise, tendem a reaparecer movimentos para um regresso ao passado, apelando a uma ordem de uma só voz.

A Democracia pode estar no espírito da maioria mas, nunca está definitivamente consolidada. O processo de reconstrução deve ser permanente e esta reconstrução sim, deve ser celebrada, questionada e revitalizada com as respostas aos anseios mais urgentes das populações, porque é assim que se fecham as janelas de oportunidade aos extremismos. É esta atitude permanente de reinventar políticas públicas modelares, que cabe aos partidos democráticos.

Neste ano de 2020, 46 anos depois de 1974, estamos com a liberdade de movimentos tolhida mas, não estamos tolhidos para a liberdade de opinião e de abnegação. Todos temos visto os inúmeros exemplos de entrega ao sentirmos uma causa muito concreta



Município de Leiria Assembleia Municipal

que nos faz agir, uns, no terreno a exporem-se e a garantirem as continuidades possíveis, outros resguardando-se e resguardando todos, criando novas formas de trabalho.

Com esta ou aquela divergência de opinião, todos colaboramos na gestão de uma crise que nos abalroa e para a qual ninguém estava preparado, nem em Leiria, nem no país, nem na Europa, nem no mundo. E quase todos temos sabido resistir a muitas adversidades, nos serviços de saúde, e em particular nessa grande conquista democrática que é o Serviço Nacional de Saúde, nas escolas, nos lares, nos transportes, nos serviços essenciais. Seja de forma mais direta, à distância ou na gestão das situações críticas que surgem, todos nos empenhamos sem reservas, para que as dificuldades que virão e pelas quais muitos estão já estão a passar, sejam ultrapassadas para que, na saúde e na economia se reinicie o normal processo de vida.

É aqui que se reconhecem os valores da partilha, sem segregação de quaisquer grupos. E estes valores, quando não são ferretes impostos, nem são atitudes meramente piedosas, devem-se a uma cultura de convivência solidária e claramente democrática, apesar da atenção a ter, face à abundante desinformação e ao lançamento de anátemas sobre "suspeitos" de contaminação, por vezes, apontados a grupos étnicos, a grupos etários, a estrangeiros ou, por vezes, tão só, ao vizinho.

A Democracia afirma-se nesta crise mas, terá que estar sempre atenta. A vitória do 25 abril 74, tem nesta superação das dificuldades uma extraordinária homenagem, onde também cabe o Poder Local que deriva da construção do regime. Temos visto na Câmara e Juntas de Freguesia, um enorme trabalho de decisão, de apoio e de atenção aos munícipes e aos fregueses.

Os heróis de há 46 anos e os construtores do Regime Democrático devem ter orgulho nesta capacidade de resposta do Povo português e na força que ainda teremos que buscar para recuperarmos o que temos pela frente. É assim que um símbolo, como é o dia de amanhã, se torna um lastro do quotidiano.

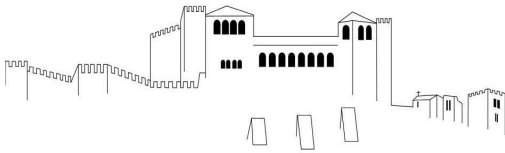
Sendo assim, então que viva sempre o 25 de abril!"

De seguida o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** deu a palavra ao representante do PSD/MPT – deputado Carlos Conceição.

Cumprimentou todos os presentes.

Transcrição:

"Celebrar o 25 de Abril não pode ser apenas a celebração de uma data, antes a celebração de uma alteração profunda na situação do nosso país, da transição da ditadura para a democracia e a liberdade. Conscientes do tempo excepcional que vivemos, marcada por uma realidade sanitária de exceção e cuja comemoração foi envolta numa polémica que só tontos ou pequenos ditadores fomentam. Não existem motivos para que não recordemos o 25 de Abril. Com as cautelas e cuidados que se impõem num tempo



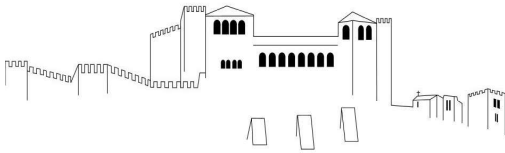
Município de Leiria Assembleia Municipal

marcado pela excepcionalidade. O 25 de Abril associa-se sempre à celebração da Democracia e da Liberdade, mas o PSD discorda de todas as formas de ditadura, de esquerda ou de direita, discorda das arrogâncias pequenas com laivos totalitaristas que alguns não se coíbem em mostrar. Para o PSD, um partido de génese democrática, o 25 de Abril tem protagonistas importantes, mas não tem donos. O Dono do 25 de Abril são os portugueses.

Por isso, celebrar o 25 de Abril, só faz sentido se tiver como destinatário, primeiro e último, os Portugueses. Para que as ditaduras não se repitam, honrando a memória dos heróis que lutaram pela Democracia, servindo com altruísmo os Portugueses, e ao contrário de alguns, que se têm servido dela, para proveito próprio. Celebramos o 25 de Abril da Liberdade, da Justiça e da Igualdade. Da Liberdade da opinião livre e da discordância plural, onde opinião diferente não é crime nem motivo para ofender. Esse não é o espírito do 25 de Abril. Da Justiça, rápida, isenta e clara, para todos de forma igual, em medida certa e em tempo certo. Da Igualdade perante todos e perante a Lei, com transparência e o mesmo peso e a mesma medida. Onde todos somos portugueses, de primeira classe e não estamos organizados em castas, famílias ou partidos. O 25 de Abril não foi feito para trocar ditadores, antes derrubá-los. Os da altura e os de agora! Não há liberdade, Justiça ou Igualdade que resista numa Democracia que se degrada e que está ocupada com ditadores de quintal, donos do regime, tão bafientos agora como anteriormente.

Fazer o 25 de Abril para trocar ditaduras não é o espírito do 25 de Abril. O PSD associa-se ao 25 de Abril, pleno, completo e inteiro, sem ditaduras e onde o Povo que deve ser sempre escutado, efetivamente, é quem mais ordena.

Celebrar o 25 de Abril, é, mais que afirmar estes valores fundamentais, é vivê-los, pois clamar por Liberdade e Democracia e defender regimes autoritários, não é coerente com a celebração desta data. Celebrar o 25 de Abril dos discursos da liberdade e democracia e não respeitar a opinião do outro é a antítese da democracia. O PSD é pela prática da democracia e da Liberdade, do respeito pelo outro e da diversidade de opiniões que considera positiva e salutar, sinónima de uma Democracia moderna, tolerante e verdadeira. O PSD não é partido de pensamentos únicos nem de comités centrais de controlo de ideias, pessoas ou movimento. É pela Liberdade de iniciativa, pela associação livre e pela dinâmica privada em conjunto com um estado equilibrado, justo e interveniente, onde o individuo se possa afirmar como agente de mudança, em Liberdade e no respeito das leis e regras gerais do nosso país. O 25 de Abril não foi feito para ter donos, nem para ter pais nem mães, foi feito para uma Nação inteira, não para trocar uns donos por outros. Por isso afirmamos claramente que falta cumprir o verdadeiro abril e aprofundar a nossa Democracia e Respeito que ela merece e carrega dentro de si. O 25



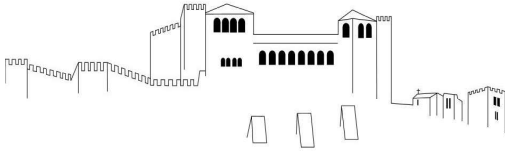
Município de Leiria Assembleia Municipal

de Abril que o PSD quer e celebra é Liberdade e do respeito, assentes numa Democracia adulta, livre de espartilhos corporativistas, disponível para evoluir e mudar. Se a Democracia Portuguesa é de representação popular precisamos de olhar para a elevada taxa de abstenção, pois claramente o povo não se sente representado, pelo que os representantes do povo devem representar o povo que os elege e defender os interesses do país e não de corporações em particular. O cravo que muitos carregam no peito está murcho e a precisar de ser renovado, pois perdeu o seu vigor. O povo tem repetido esta mensagem nas eleições, mas não está a ser escutado. O PSD celebra o 25 de Abril que sabe que a Democracia é do povo, pelo povo e para o nosso povo.

Celebrar o 25 de Abril hoje, é dizer que os valores da Liberdade e da Democracia são valores universais e que esperamos irreversíveis, cultivado em cada dia, com transparência e regado com responsabilidade sem as pequenas, mas asfixiantes ditaduras que os novos donos nos mostram a cada dia. Estamos ainda longe desse objectivo, o da Democracia Adulta. A Democracia de uma justiça fiscal adequada, mais leve e que defenda os que precisam mais e que não trate cada contribuinte como um criminoso, de uma justiça social que coloque os idosos acima dos animais de estimação e os trate como pessoas válidas até ao fim e que não promova a sua morte antecipada, que defenda que todos somos iguais perante a lei e que devemos ter tratamento justo e rápido independentemente do nome ou do saldo bancário, que desenvolva o país de uma forma equilibrada e séria, que faça uma verdadeira reforma do mau estado que temos, do estado que queremos ter e o transforme e inove, sem medo de perder tachos ou panelas e de perder prebendas ou subsídios.

Os desafios que enfrentamos hoje devem ganhar-se em Democracia. Todos estamos a observar sinais preocupantes e mostram bem que a nossa democracia precisa de tratamento urgente. A elevada taxa de abstenção, o surgimento das extremas e dos populismos radicais, o falhanço das políticas sociais, a crises cíclicas provocadas por má gestão, em suma, provas que a Democracia precisa ganhar, mas não está a ser capaz sequer de iniciar esse combate. A Democracia só resiste se for capaz de voltar à origem da sua força, o respeito e a sintonia pela vontade do povo. A representatividade não pode ser a desculpa para o exercício do corporativismo, seja ele que espécie for, antes a sintonia perfeita entre povo e seu representante.

O PSD celebra o 25 de Abril da Justiça e da Liberdade. Da Paz, do Pão do Povo e da Liberdade. Da paz social, da segurança e da tranquilidade, sem lutas de classes, mas com cooperação entre todas as classes. Das necessidades básicas asseguradas com emprego digno e de remuneração justa para todos, assegurando vidas dignas até ao final, com cuidados médicos de qualidade, face aos impostos que pagamos. O PSD celebra o 25 de Abril do Povo, o verdadeiro dono do país, a estrutura primeira da nossa Democracia a



Município de Leiria
Assembleia Municipal

quem servimos e a quem prestamos contas. Da Liberdade que alguns lutaram e lograram alcançar, para que hoje não sintamos mais saudades de um tempo da velha senhora. Porque se sentimos saudades do passado, então não cumprimos Abril.

Viva a Liberdade. Viva a Democracia. Viva o nosso Povo Português. Que os líderes políticos saibam honrar estes valores. E que, mais que falar deles, possam cumpri-los e fazer deles prática de poder.”

De seguida o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** deu a palavra ao representante do CDS-PP – deputado **Gastão Neves**.

Cumprimentou os presentes.

Transcrição:

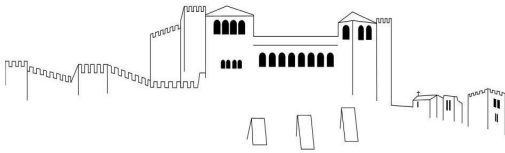
“O que significa celebrar hoje o 25 de Abril? Para os que foram protagonistas daquele momento e contemporâneos de um acontecimento que mudou o país é certamente um pretexto para recordar, contar histórias, dar exemplos. Explicar o que éramos e como se começou a construir um país e o regime democrático em que hoje vivemos. Mas, para uma grande parte da população nascida já em democracia, que sentido tem um feriado em que se ouvem discursos a falar de uma realidade que não é a sua e lhe parece tão distante? Pois, como a história faz questão de nos ensinar nada está eternamente conquistado e é por isso que faz sentido e é urgente mesmo comemorar aquele dia inicial, inteiro e limpo onde emergimos da noite e do silêncio como tão bem definiu Sophia de Mello Breyner e comemorar em cada gesto o momento e a ação das nossas vidas, a democracia, igualdade de direitos e de oportunidades e tudo aquilo que se conquistou a partir deste dia há mais de 4 décadas. Precisa de continuar a ser defendido, aprofundado enquanto vivemos. Nas nossas profissões, nas instituições, na comunidade a exercer escrutínio sobre poderes públicos, a sermos exigentes connosco e com todos aqueles que nos representam. A única forma de cumprir Abril é acreditarmos no país e em nós. Contribuamos cada um na sua medida para que a sociedade seja justa, inclusiva e igualitária. É lutar sempre pela defesa e aprofundamento dos valores humanistas e de salvaguarda do planeta. Um país faz-se todos os dias e será aquilo que soubermos em conjunto construir. O 25 de Abril é de todos, nascidos antes e depois, e está nas nossas mãos, aos que cá estamos agora, trabalharmos em conjunto para viver num país melhor. Viva Portugal, viva o 25 de Abril e viva o nosso concelho de Leiria!”

De seguida o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** deu a palavra ao representante do BE – deputado **Manuel Azenha**.

Cumprimentou os presentes.

Transcrição:

“Quando em Abril de 1974 o MFA (Movimento das Forças Armadas) pôs fim a mais 40 anos de ditadura em Portugal, eu ainda não era nascido.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Assim, sou um privilegiado, tive o privilégio de crescer em democracia, usufruindo de tudo o que ela permite, desfrutando da liberdade de escolha, e do direito de defesa das minhas escolhas.

Cresci num país onde o acesso à educação, à cultura e à saúde podia finalmente ser para todos, sem exclusão e/ou distinção.

Um país com liberdade de culto, com imprensa livre, um país finalmente em paz, um país de trabalho com direitos e mais justiça social.

Comemorar o 25 de Abril hoje, em plena época de restrição de liberdades devido ao surto pandémico é, antes do mais um aviso e, sobretudo uma ocasião para mais uma vez e com muito vivacidade exortarmos e homenagearmos, não só aqueles que o fizeram, mas também os que ao longo de décadas lutaram, com sacrifício das próprias vidas, para que um dia a democracia triunfasse.

Comemorar o 25 de Abril, na época difícil que vivemos, é também um sério aviso, pois vemos como à boleia da crise, forças obscuras surgem exigindo mais restrições e opções securitárias. Aproveitando o natural medo que a situação provoca, para fomentar o ódio e atacar as organizações que defendem a solidariedade institucional, prometendo um futuro individualista, baseado no lucro e no sucesso da total privatização da sociedade.

Por isso é importante realçar, hoje mais do que nunca, o trabalho excecional do nosso Serviço Nacional de Saúde, que embora tenha num passado recente sofrido reveses de que ainda não recuperou, tem tido nos seus profissionais um exemplo de abnegação e respeito pela vida, que o confirma como uma das maiores, senão a maior, das conquistas do 25 de Abril.

Urge defendê-lo daqueles que na mira do proveitoso negócio em que querem transformar a saúde dele se aproveitam e o pretendem destruir.

E aqui será sempre bom recordar dois homens bons, dois "combatentes" pelo 25 de Abril, que tanto fizeram em sua defesa. António Arnaut e João Semedo, que até ao fim estiveram na luta pela defesa e dignificação do SNS e na defesa dos valores mais queridos de Abril.

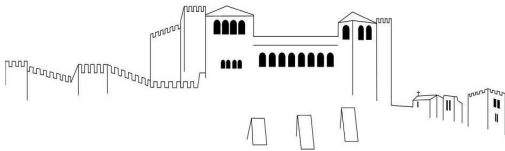
Disse uma vez o saudoso Dr. Fernando Vale:

"À Liberdade, só quem já a perdeu sabe dar-lhe o devido valor. Defendam-na com unhas e dentes, que não há nada mais terrível do que perdê-la."

É essa a nossa responsabilidade futura. Defendê-la, honrar quem por ela lutou e honrar quem com o seu sacrifício lhe deu e dá sentido.

Defender a liberdade dos oportunismos e golpismos é pois aquilo que nos cabe fazer. E não é muito, se pensarmos em quem por nós e para nós a conquistou.

Pelo trabalho com direitos, pelo direito à habitação, ao ensino para todos e pela defesa do SNS,



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Viva o 25 de Abril."

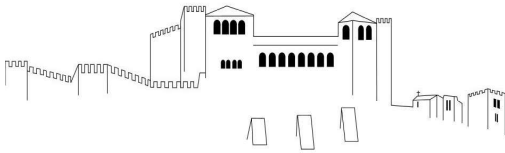
De seguida o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** deu a palavra à representante do PAN – deputada **Daniela Sousa**.

Cumprimentou os presentes.

Transcrição:

"Ironicamente estamos hoje nesta Assembleia a lembrar o 46º aniversário do 25 de Abril, data fundamental na nossa história e que abriu caminho à conquista de novos direitos e liberdades e, ao mesmo tempo, estamos em estado de emergência em que foram revertidos temporariamente alguns desses direitos conquistados e consagrados.

Caberia este ano à Assembleia Municipal de Leiria a organização das celebrações desta importante data, no entanto, o surto de coronavírus estendeu-se pelo mundo e transformou-se rapidamente numa pandemia, neste momento o inimigo invisível da humanidade. Obrigou-nos a manter restritas regras de afastamento e isolamento social, mas também com um forte sentido de solidariedade e responsabilidade com o próximo, para com aqueles que mais amamos, a comunidade em geral, com os idosos em particular, a faixa etária mais afetada. Embora tenhamos sido apanhados de surpresa, não podemos dizer que nós não tínhamos sido avisados. A Organização Mundial de Saúde há muito que alertava para esta possibilidade. Doenças como o HIV e a BSE, mais conhecida como a doença das vacas loucas, a síndrome respiratória aguda SARS, gripe suína e vários novos tipos de gripe, que têm tido origem em animais e não necessariamente em animais selvagens, muitos associados à produção diária e pecuária. A desflorestação, os animais em espaços confinados, o seu transporte, processamento industrial e consumo, aumentam interação entre vírus e pessoas e torna esta indústria uma autêntica fábrica de vírus em que a globalização económica depois tem tratado de transformar cada caso isolado num problema à escala mundial. A resposta a esta situação de pandemia irá ditar se vamos continuar a fazer mais do mesmo ou se, por outro lado, iremos realmente alterar a forma como nos relacionamos com a natureza, sobretudo ao nível do modelo económico vigente. É tempo de a natureza ter também o seu 25 de Abril, a libertação de um modelo económico estativista e utilitarista de consumo e produção ilimitada. Uma das conquistas de Abril foi o poder local democrático. 46 anos depois de Abril, temos um poder local mais interventivo na comunidade, estando agora a decorrer um processo de descentralização de competências que vem atribuir mais poder às autarquias locais que passam a ter um papel cada vez mais relevante no desenvolvimento social, económico, cultural, na educação, saúde, transportes, gestão do território habitação e até mesmo na resposta às novas necessidades emergentes de ação climática na eficiência, produção e transição energética. Na convicção de que seremos capazes de responder positivamente a esta crise de saúde pública e à emergência climática global e



Município de Leiria
Assembleia Municipal

que muitas das soluções emergentes são semelhantes para ambas, fica também o desafio de repensarmos o que podemos fazer diferente e melhor para que sejamos parte de um movimento de regeneração global com enfoque na ecologia, no desenvolvimento económico e social de cariz local.

Despeço-me dizendo que 25 de Abril em liberdade e que essa liberdade traz consigo uma forte componente de responsabilidade. 25 de Abril sempre!”

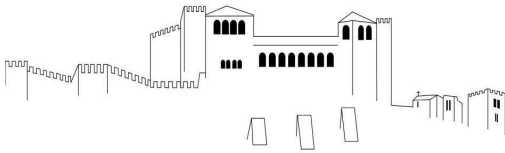
De seguida o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** deu a palavra à representante do PCP – deputada **Joana Cartaxo**.

Cumprimentou os presentes.

Transcrição:

“O dia 25 de Abril de 74 foi o início de um processo revolucionário protagonizado pelo povo e pelos militares progressistas. Realizou profundas transformações democráticas no nosso país a maior transformação foi a consagração na Constituição da conquista de liberdades e garantias de direitos políticos, económicos, sociais e culturais e a afirmação da soberania e da independência nacionais.

Atravessamos um momento de enorme crise. De guerra global contra um inimigo invisível e traiçoeiro e os portugueses têm tido, de um modo geral, um comportamento solidário e unido. Esse comportamento é sem dúvida um resultado direto, acima de tudo, das transformações que coletivamente fizemos na nossa sociedade renovada com o 25 de Abril. A calamidade que enfrentamos evidencia uma vez mais o valor inestimável do Serviço Nacional de Saúde como eixo estruturante do regime democrático, só possível graças à revolução de Abril e que importa defender e reforçar. É ele de fato um grande instrumento de defesa de saúde e da vida dos portugueses e está a comprovar a sua importância no momento de exceção que vivemos agora. Esta é a única forma de garantir a democracia de acesso à saúde. Neste momento tão difícil reafirmamos que para cumprir Abril se impõe continuar a lutar para acabar com as múltiplas discriminações e injustiças sociais ainda existentes e que a pobreza, a desigualdade de género, a xenofobia e o racismo têm de ser combatidos, expurgados da nossa sociedade. Para cumprir Abril os trabalhadores e as pessoas mais vulneráveis não podem ser vítimas fáceis das nefastas consequências económicas e sociais da crise provocada pela pandemia covid 19 e depois dela é preciso continuar a combater políticas de retrocesso com a precarização das relações de trabalho e o aumento da exploração dos trabalhadores, a manutenção dos baixos salários, o ataque ao serviço público e as funções sociais do Estado que devem ser garantias garantidas de uma forma universal não deixando de defender o interesse nacional e a política externa. Para cumprir Abril temos de ultrapassar as dificuldades do momento que vivemos não recuando na reposição e aumento dos rendimentos e salários na estabilidade laboral, no reforço dos serviços públicos, na garantia do direito à



Município de Leiria
Assembleia Municipal

educação e à saúde, na garantia do acesso à fruição e criação cultural nos direitos das famílias, na defesa da pequena agricultura e das micro pequenas e médias empresas. Nas circunstâncias ditadas pelo combate à covid 19 os 46 anos do 25 de Abril são celebrados sobre formas alternativas, mas sempre com dignidade e grande amplitude. Na Assembleia da República, como não podia deixar de ser, pelo povo por todo o país e por órgãos de comunicação de massas como ponto alto às 15 horas, quando somos todos desafiados a vir às janelas, varandas e jardins cantar o Grândola Vila Morena e o hino nacional. Amanhã todos às 15 horas.

Viva o 25 de Abril! Viva o direito à liberdade! Fascismo nunca mais!”

De seguida o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara – Gonçalo Lopes**

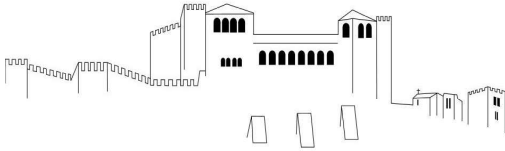
Cumprimentou os presentes.

Transcrição:

“Celebramos amanhã em circunstâncias que há um ano seriam impensáveis a conquista da liberdade. A celebração do 25 de Abril é na sua essência uma festa de rua, de partilha e de união. Paradoxalmente neste ano em que estamos privados da liberdade de sair à rua como gostaríamos, estamos mais unidos do que nunca em comunidade. Unidos, porque tal como em 1974 estamos em luta contra o inimigo que nos tolha a ação, mas não o pensamento. Unidos porque percebemos que o comportamento de cada um é decisivo para a segurança de todos. Unidos porque soubemos assumir as responsabilidades que nos foram confiadas por quem lutou pela nossa liberdade. Estamos confinados, mas ainda assim é nossa obrigação evocar esta que é a festa maior da liberdade, a data em que assumimos na plenitude a condução dos nossos destinos.

Esta celebração que acontece num momento crítico do nosso destino deve servir de pretexto para reflexão sobre o Portugal que somos e o Portugal que queremos ser. Neste momento, que é ainda de recolha e contenção, devemos dar início a um debate profundo sobre o papel que as nossas instituições devem assumir na construção de uma nova sociedade. A crise Covid 19 veio mostrar-nos de forma cabal que nada está garantido e que isolados pouco valemos. E veio mostrar-nos que, ao contrário do que muitos diziam, o ideal de Abril não esmoreceu e é mais atual do que nunca.

Caros deputados, caros leirienses. Somos nestes dias todos convocados a conquistar uma nova liberdade. Ao contrário do que aconteceu em 1974, esta é uma batalha que não se vence nas ruas. Temos de continuar mais alguns dias sem tréguas a fazer das nossas casas fortaleza, de uma batalha que se ganha em cada gesto. Este esforço é fundamental para que a curto prazo possamos retomar gradualmente o ritmo normal das nossas vidas. Daqui para a frente seremos convocados a dar mostras daquilo que é ser Leiria. Gente



Município de Leiria
Assembleia Municipal

feita de coragem, determinação, resiliência e responsabilidade. Nesta luta, somos todos capitães de Abril.

Viva o 25 de Abril! Viva a liberdade! Viva Leiria!"

Terminadas as intervenções, e antes de dar início à Ordem do Dia, o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** aproveitou para efetuar um agradecimento à empresa de plásticos leiriense PLASTIDOM que ofereceu viseiras à Assembleia Municipal, para que pudessem ser utilizadas durante a sessão. Disse ainda que é bom que os Leirienses tenham orgulho das suas empresas e trabalhadores.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - Covid19 – Intervenção do senhor deputado Rui Passadouro e do senhor Presidente da Câmara:

Relativamente ao primeiro ponto da Ordem do Dia o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** fez saber que o mesmo foi agendado por iniciativa da Mesa e que visa a intervenção do deputado Rui Passadouro, não enquanto deputado do PSD/MPT, mas em qualidade própria, seguida pelo senhor Presidente da Câmara. Alertou ainda para a existência de um voto de louvor, anteriormente distribuído, necessitando o mesmo de ser votado no final.

Intervenção do senhor deputado Rui Passadouro

Cumprimentou todos os presentes.

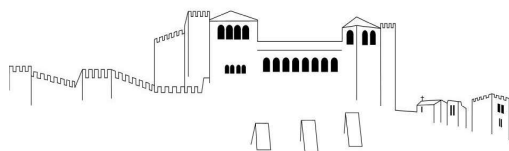
Transcrição:

"O Diretor-Geral da OMS declarou a 11/03/2020 o estado de pandemia Covid-19 após se terem atingido 118 mil casos de infeção em 114 países e 4.291 mortes. Nesse dia o número de infeções em Portugal era de 59. Em Leiria o primeiro caso ocorreu a 20/3/2020, não havendo até hoje óbitos por COVID19.

O Serviço de Saúde Pública de Leiria já tinha aprovado e divulgado o plano de contingência para COVID a 9/3/2020, muito antes de estar divulgado o plano nacional, o que permitiu, desde muito cedo, que os Centros de Saúde do concelho iniciassem um processo de triagem à entrada das instalações, de forma a criar áreas de atendimento COVID e não COVID, com locais de isolamento para casos suspeitos.

Esse plano de contingência permitiu uma evolução constante e proporcional da resposta à evolução de epidemia.

Cumprindo as recomendações e as normas da DGS avançou-se para um modelo de Área Dedicada a COVID na comunidade. O Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Litoral com a participação essencial da Câmara Municipal de Leiria e do Instituto Politécnico de



Município de Leiria Assembleia Municipal

Leiria abriu a Área Dedicada COVID no estádio municipal a 31/3/2020 com a colocação de equipas da Saúde constituídas por médicos, enfermeiros e administrativos.

A escassez de material foi mitigada pelas cedências de muitas empresas e muitos voluntários e também pelas iniciativas da CML.

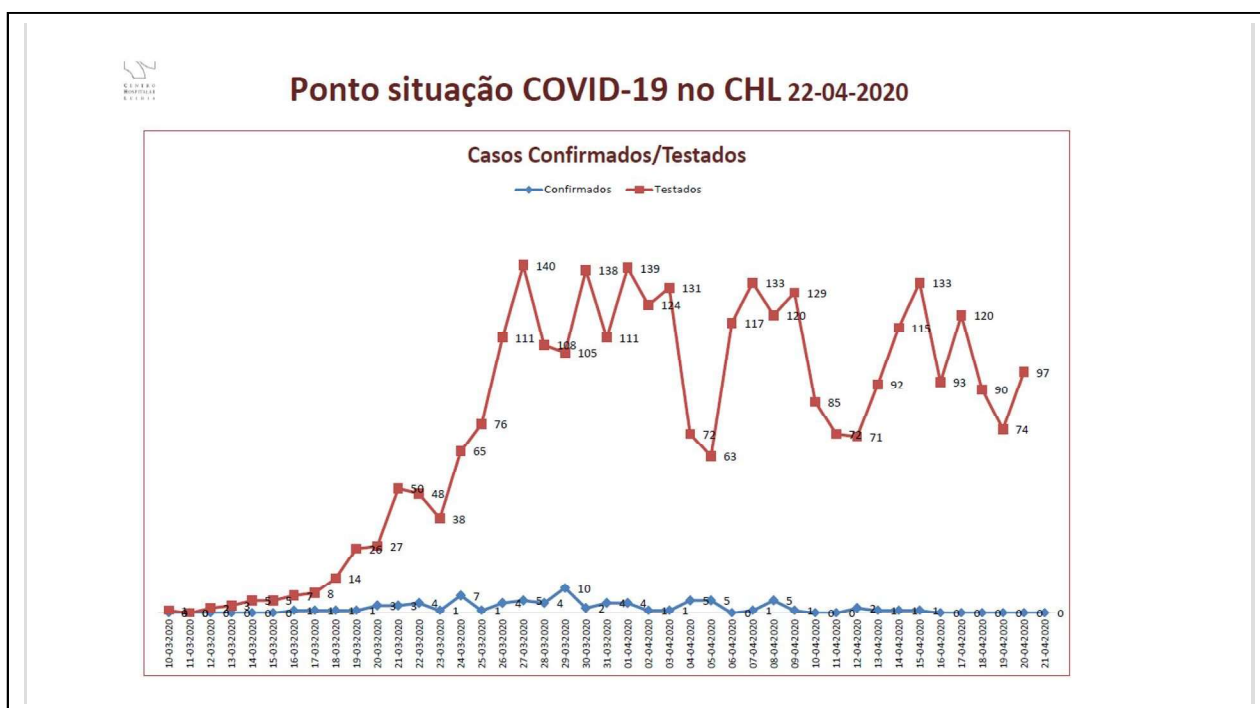
Foi uma questão de honra, desde o início, manter a segurança dos profissionais, gerindo racionalmente os equipamentos de proteção individual disponíveis. Os médicos, enfermeiros e administrativos do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Litoral (Leiria, Marinha Grande, Porto de Mós, Pombal e Batalha) estiveram e estão na linha da frente, quer na prestação de cuidados de saúde, quer no planeamento das atividades.

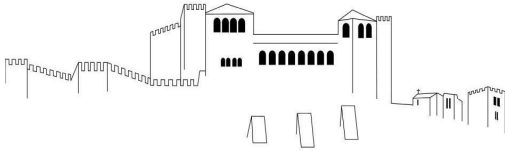
Em Leiria tivemos várias situações críticas, devido ao surgimento de casos em instituições com pessoas muito vulneráveis, mas com planeamento e partilha da decisão, pelas diversas instituições envolvidas, foi possível ultrapassá-las sem grandes sobressaltos e sem alarmismo social.

Relativamente à resposta aos casos COVID, importa distinguir, em termos de números, o Centro Hospitalar de Leiria e o Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Litoral.

APRESENTAÇÃO

"Temos aqui, no dia 22 de Abril, a situação no Centro Hospitalar de Leiria, no gráfico com maior número de casos testados, que está à volta no Centro Hospitalar de Leiria de 100 testes por dia, e em baixo os casos positivos. Para ter aqui uma imagem mais alargada dos casos confirmados, portanto os positivos, um número máximo por dia foi de 10, andou aqui 4-5 e nos últimos dias, felizmente, temos zero casos.

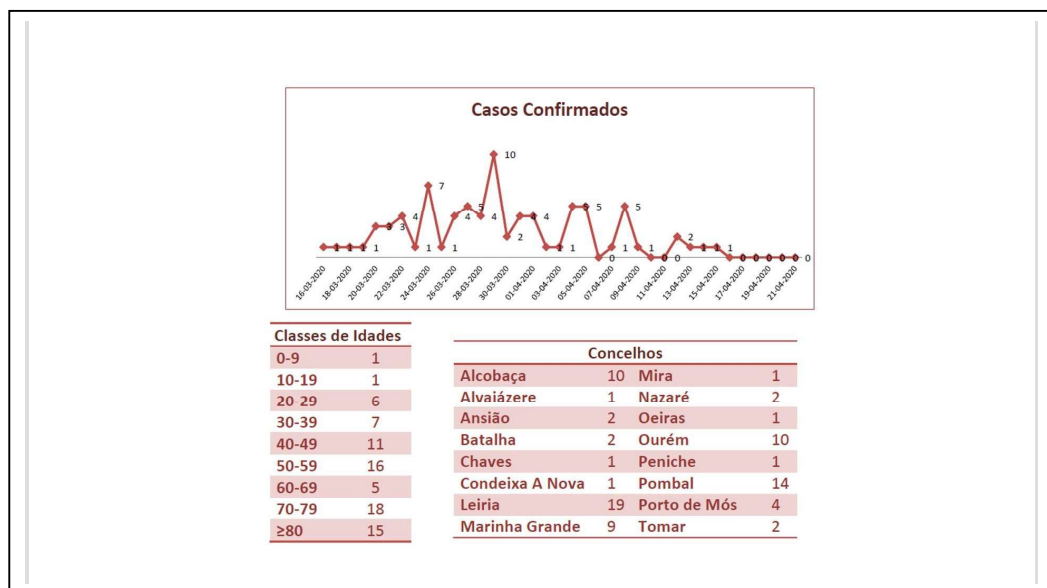




Município de Leiria Assembleia Municipal

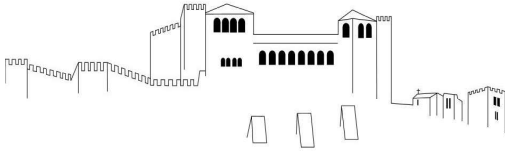
Relativamente aos diagnósticos por concelho, verificamos que no concelho de Leiria o Centro Hospitalar de Leiria fez 19 diagnósticos. Os outros todos, que depois vamos ver a seguir, foram feitos a nível do ambulatório.

Em termos do grupo etário no Hospital de Leiria confirmamos realmente que as idades mais avançadas são aquelas mais atingidas, de qualquer maneira há aqui uma criança com menos de 9 anos.

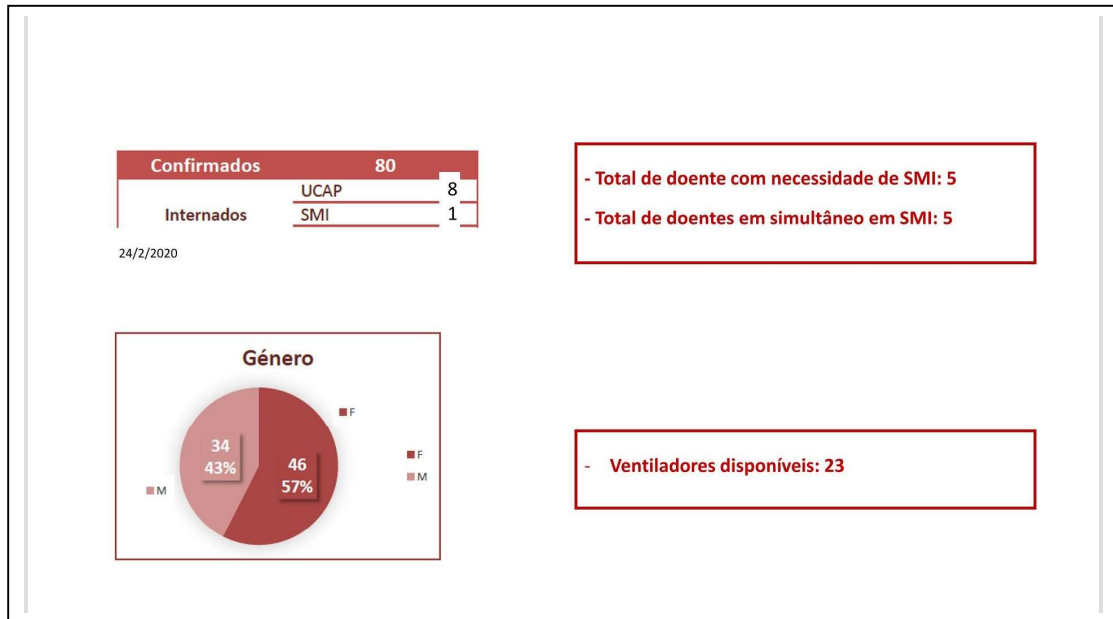


No Hospital de Leiria houve 80 casos confirmados e hoje estavam internadas na UCAP, que é uma unidade de internamento e urgência, 8 situações e apenas uma em cuidados intensivos.

Relativamente ao género, as mulheres estavam uma percentagem superior relativamente aos homens. O total de doentes com necessidade de medicina intensiva foram 5 e, no mesmo dia, o máximo que conseguimos foram 5 e, portanto, a disponibilidade de ventiladores era de 23. Tivemos sempre muito longe de uma situação de rutura e de ter de tomar decisões às vezes difíceis para a vida das pessoas.

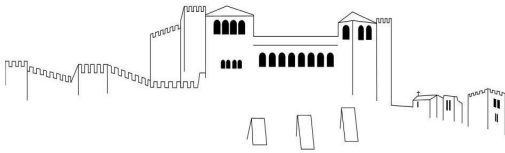


Município de Leiria Assembleia Municipal

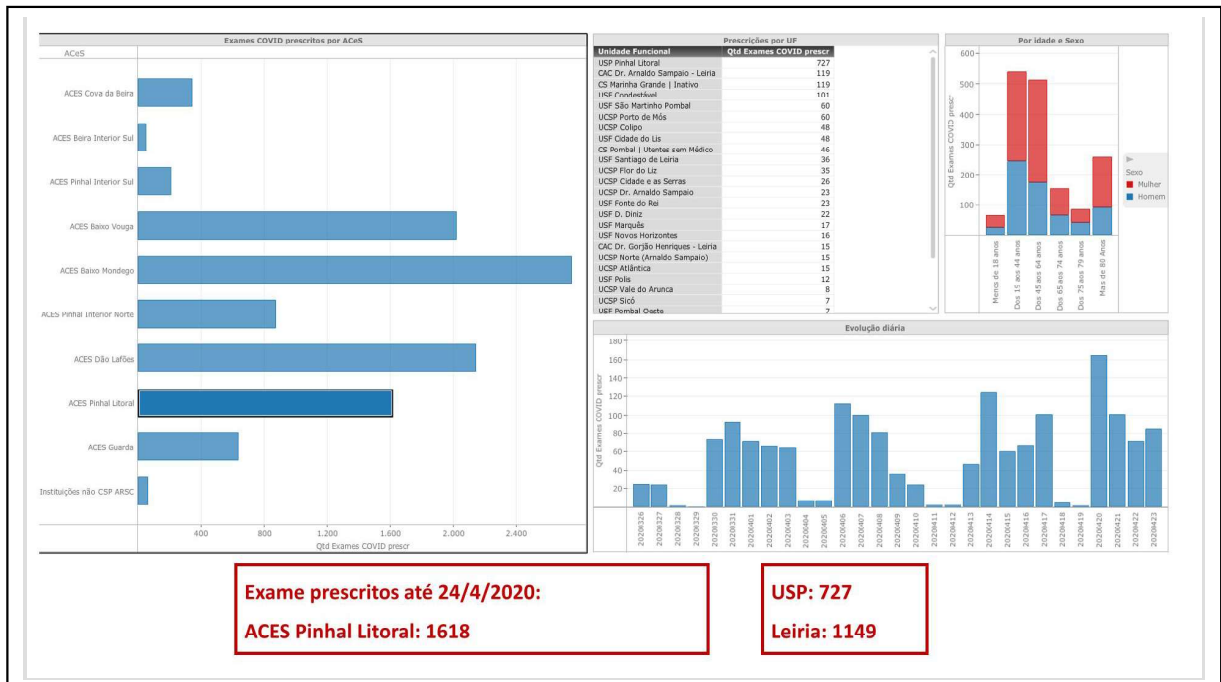


Em termos de cuidados de saúde primários, e estamos a falar de testes, vimos que o Hospital anda à volta de uma média de 100 por dia. No ACES Pinhal/Litoral, temos aqui a barra que deu no total, desde o início da campanha, isto é, até ao dia de hoje, foram prescritos 1618 testes e deste lado, temos o ACES Pinhal/Litoral está aqui, e aqui depois temos o Dão Lafões, o Baixo Mondego, o Baixo Vouga, portanto, Aveiro e Coimbra um pouco acima, mas a população também é superior à nossa área de influência, que são mais ou menos 260 mil habitantes no ACES Pinhal/Litoral.

Aqui deste lado temos depois a distribuição pelas várias unidades funcionais, pequenas unidades entre cada Centro de Saúde. Aqui a unidade que fez mais prescrições é a unidade de saúde pública porque abrange os 5 concelhos, portanto, é essa a justificação. Mas em Leiria, no concelho, foram prescritos mais ou menos, aqui o número não é muito certo, mas à volta de 1100 testes. Se virem em termos de homens e mulheres, está escondido, mas as mulheres foram mais testadas que os homens e por isso também, se calhar, temos ali as mulheres com mais casos positivos, o que é normal, foram mais testadas porque também tinham mais sintomas.

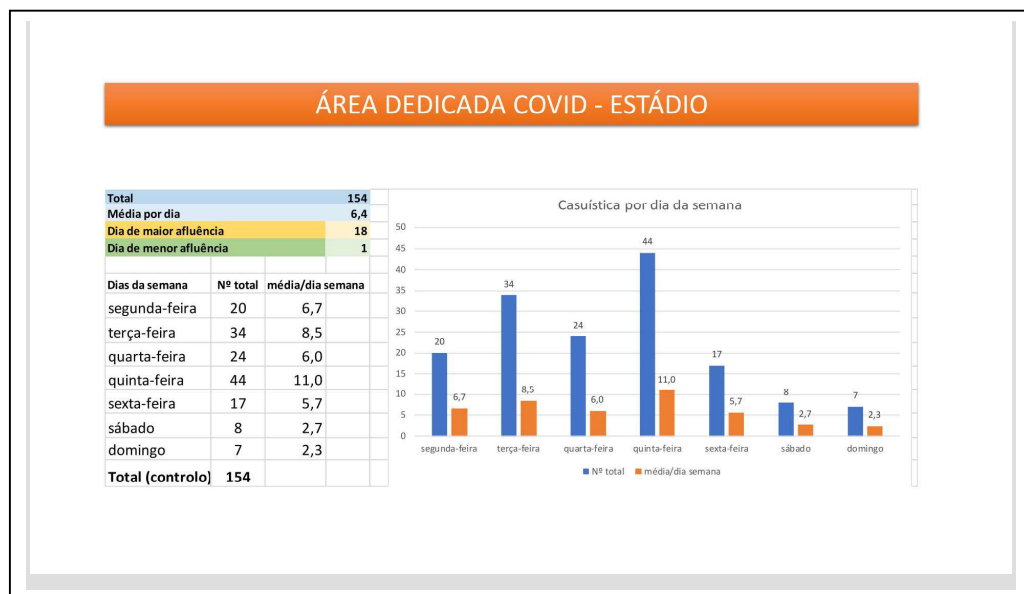


Município de Leiria
Assembleia Municipal

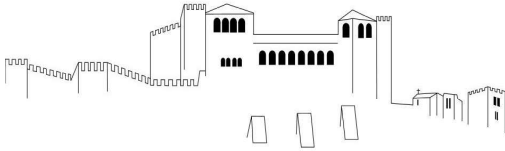


Aqui a variação ao longo das últimas 4 semanas, depois de atingirmos na 1ª semana e haver alguma dificuldade nos testes quando abriu o Drive Leiria, isto depois foi mais ou menos uma constante com uma variação ao longo dos dias da semana.

Este gráfico são os atendimentos na área de estádio, aquilo que nós verificamos é que o total em 4 semanas foram de 154 casos, a média diária foi de 6,4. O dia de maior afluência teve 18 e o de menor teve uma pessoa. O que nós vemos é o dia da semana com mais procura, que é a quinta-feira.

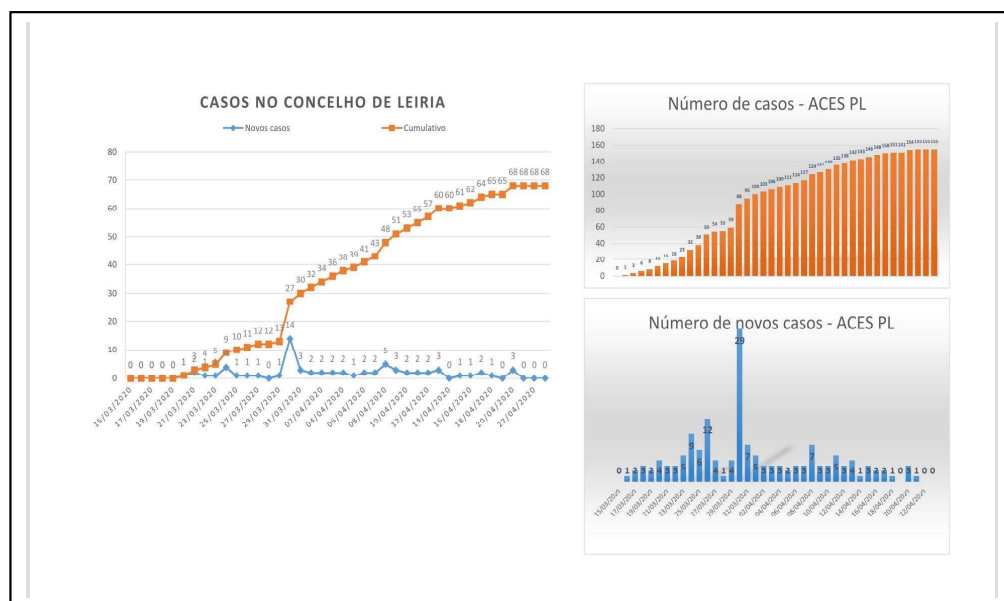


Neste aqui,

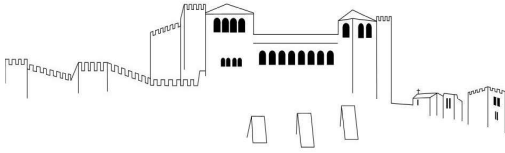


Município de Leiria Assembleia Municipal

e penso que é o último, temos os casos no ACES Pinhal/Litoral, cujo número total são 155. Relativamente ao número de novos casos por dia, tivemos aqui um pico à volta de, penso do dia 20, mas depois o que interessa é que nos últimos dias tem sido, nestes 5 concelhos, zero e vocês podem se calhar pensar nos números que têm sido divulgados. Isto aqui tá lançado no dia em que é feita a colheita, portanto, se a colheita foi feita há 2 dias e vem o resultado hoje, para a divulgação para a Comunicação Social vem dado como se fosse hoje, mas para nós nesta estatística está no dia em que foi colhido, portanto, nos últimos três dias não existem casos novos e aqui está para o concelho de Leiria, o total que está aqui são 65 e também nos últimos três dias não houve situações de novos casos no nosso concelho. Contudo existem situações que já há muito tempo que estão positivas que ultrapassaram muito os 14 dias quando nós vamos fazer testes voltam a ser positivos e depois há aquela discrepância entre o número de casos de doença Covid e do número de testes. Portanto, os testes positivos são mais que os casos porque há pessoas que têm vários testes positivos.



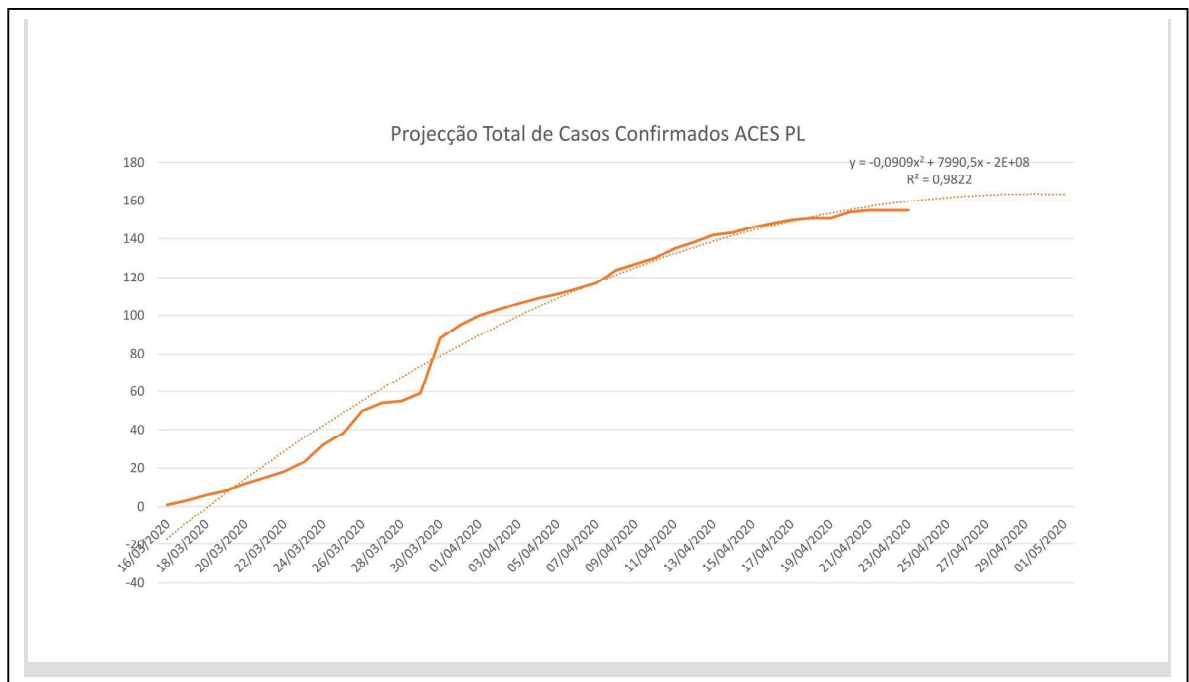
Aqui mostra-nos a distribuição por idades entre o agrupamento Pinhal Litoral e Leiria. Há aqui uma ligeira diferença. Enquanto no Pinhal Litoral temos um grupo elevado de pessoas de mais idade em Leiria não temos isso porque no Pinhal Litoral, como se lembram, houve vários lares atingidos e em Leiria não tivemos nenhum e portanto, não temos aqui pessoas com mais idade, ficando aqui entre os 20 e os 60 anos a distribuição do maior número de casos. Depois é a distribuição por sexo quer em Leiria quer no agrupamento. As mulheres estão em maior número e um número considerável.

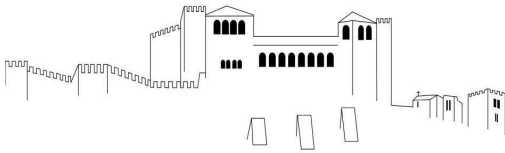


Município de Leiria
Assembleia Municipal



Isto aqui é a tendência. Temos aqui até maio. Esperamos que a curva não vá subir a menos que as pessoas deixem de ter o comportamento que nós esperamos que vão ter.





Município de Leiria Assembleia Municipal

É preciso ainda tecer alguns comentários porque não existe ainda uma pós-pandemia. A pandemia vai evoluindo e vai estar connosco algum tempo, mas temos de começar a pensar em soluções e hoje a nossa ordem de trabalhos prevê já algumas rubricas para pensar nessa situação.

Na fase atual de mitigação da COVID-19, continuam a merecer especial preocupação os utentes dos estabelecimentos residenciais para idosos, devido à sua vulnerabilidade por situação de dependência, doença crónica e falta de apoio familiar de retaguarda. Acresce que, estando a produção da saúde em serviços mínimos, dedicada sobretudo a COVID, privilegiando-se o contato telefónico e algumas situações inadiáveis, manifesto a minha preocupação relativamente aos doentes crónicos e aos doentes oncológicos não diagnosticados, porventura esquecidos no cenário epidémico que atravessamos. São necessárias medidas que acautelem a manutenção do seu acompanhamento, sob pena de se aumentar a morbilidade e mortalidade. Urge retomar a atividade, de forma controlada. É necessário, também, preparar o futuro.

Depois de ultrapassarmos muito gradualmente esta pandemia, que vai estar entre nós alguns anos, o modo como encaramos cada dia não poderá ser igual ao período pré-pandémico. Iremos incluir o distanciamento físico (não o social) no nosso comportamento.

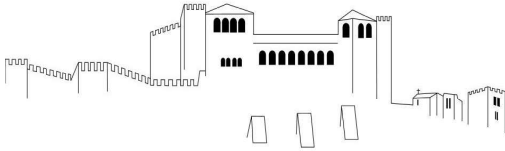
A participação em eventos de massas será previamente ponderada, em função do risco. A máscara será um acessório presente durante muitos meses. A família e os amigos terão uma maior importância, já que enquanto estiveram fisicamente distantes o seu valor tornou-se incalculável.

Por outro lado, o governo, as instituições públicas e privadas e muito especialmente as autarquias, têm o dever de, após uma análise rigorosa das fragilidades e insuficiências do sistema, enquadrar na sua prática planos de contingência prevendo diversos tipos de cenários de forma a acautelar futuras emergências.

Peço-vos um pequeno exercício de imaginação: se tivéssemos um terramoto com quebra do fornecimento de energia, alimentos, combustível. Temos que ter planos obrigatoriamente testados.

As prioridades da Saúde têm que ser equacionadas. Hoje, estamos muito orientados para o tratamento das doenças, mas com pouco investimento na prevenção das mesmas e na promoção da saúde, senda estas duas áreas tradicionalmente ligadas aos cuidados de saúde primárias e sobretudo aos especialistas de Saúde Pública.

A vacinação, questionada até agora por alguns setores mais céticos, ou menos informados, adquiriu um papel decisivo pois percebeu-se que pode vir a ser a única medida eficaz para prevenir doenças para as quais não há tratamento, nomeadamente a COVID.



Município de Leiria Assembleia Municipal

De uma forma global esta pandemia está a ensinar aos vários setores da sociedade que têm que falar uns com os outros já que o cidadão é o mesmo, mas circula por vários locais. A resposta deve ser articulada e individualizada.

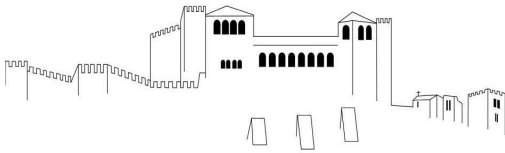
Não sei se tudo irá ficar bem, mas desejo que usemos a liberdade para construir um futuro que nos permita ser felizes.

Disse!”

De seguida o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**.

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal - Gonçalo Lopes**

Iniciou a sua intervenção fazendo um pequeno balanço sobre a situação atual que se vive. Afirmou ser um processo que já dura desde o início de março, em que parece que cada dia vale por dois e custam a passar por tanto trabalho intenso que tem sido desenvolvido em várias frentes. Disse que a principal preocupação do Município foi a de antecipar o caos, pensar sempre que deviam ter sempre mais do que aquilo que eventualmente as pessoas normais pensariam que seria suficiente. Só com essa cultura de prevenção e de antecipação do caos é que foi possível o envolvimento de tantas pessoas, desde voluntários, profissionais de saúde, proteção civil, funcionários do Município, juntas de freguesia e tantos outros nestes últimos dias, semanas, desenvolver estratégias de combate ao Covid 19 no concelho de Leiria. Esta postura permitiu que muitos dos habitantes deste concelho e da região olhassem para Leiria como uma referência, como um concelho, uma cidade líder a seguir. Disse que a principal preocupação desde o início foi a de conseguir criar condições de proteção para quem estava na linha da frente do problema com principal destaque para os profissionais de saúde, uma preocupação acrescida no encontrar equipamentos de proteção individual que não existiam. Este tipo de equipamento não existia em Portugal, pois geralmente vinha da China, e de um dia para o outro percebeu-se que o nosso país, a Europa, estava dependente de uma superpotência industrial que nesta fase não podia escoar os seus produtos tão vitais como estes da saúde e da proteção para o outro lado do mundo. E foi nessa estratégia, nessa antecipação, nessa preocupação de encontrar tudo o que fosse possível para proteger pessoas que a região de Leiria mostrou aquilo que é a sua dedicação, a sua resiliência, a sua responsabilidade e em poucos dias conseguiram gerar-se movimentos empresariais de investigação, movimentos individuais de construção de viseiras. Primeiro através de iniciativas de impressoras 3D, através do movimento Makers, mas logo a seguir com empresários da área dos moldes e de injeção de plástico. Logo a seguir surgiram também empresas de produção têxtil que existem no concelho, não sendo uma área muito implantada no concelho, que rapidamente adaptaram as suas linhas de produção e começaram a fazer batas, máscaras e outros tipos de equipamentos de proteção

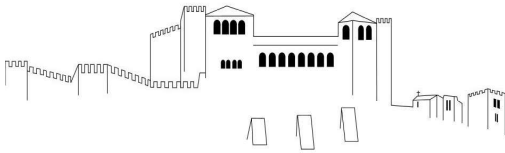


Município de Leiria Assembleia Municipal

individual. Surgiu ainda a oportunidade de encontrar equipamento descartável em grande quantidade através de uma empresa de plásticos que conseguiu produzir em poucas semanas 50 mil equipamentos de proteção individual para serem usados pelos funcionários dos lares na proteção e no trabalho diário que mantinham com os seus idosos. Apesar da tentativa de ridicularização por parte de algumas pessoas relativamente a este tipo de material a verdade é que esta empresa hoje está a vender para os Estados Unidos, México, Inglaterra, entre outros, saco de plástico inventado em Leiria. Afirmou ainda que esta operação fez parte de um grande investimento do Município que serviu também de referência para que outros concelhos seguissem em frente naquilo que é a adaptação dos serviços e no esforço da promoção do diálogo com os empresários para adaptar toda a situação. Fez saber que todo esse material teve como destino as pessoas que se encontravam na linha da frente, primeiros os profissionais de saúde e a seguir os profissionais dos lares.

Disse que este esforço de preparação do futuro, daquilo que serão as próximas semanas leva a Câmara a estar focada naquilo que são as preocupações do relançamento da economia, sobretudo naquilo que é o apoio social que algumas franjas da nossa sociedade vão merecer da sua parte. Entende que o relançamento da economia só pode ser feito com segurança e por isso, a partir de dia 4 de maio, a Câmara irá disponibilizar a todos os residentes no concelho máscaras e viseiras gratuitamente. Esclareceu ser uma máscara antibacteriana, com a marca Leiria, e fez saber que aquilo que deve sair de ensinamento desta crise é que nunca mais podemos estar dependentes de qualquer país relativamente a bens essenciais como são viseiras, gel para a desinfeção das mãos, batas e máscaras que agora estão a ser certificadas e que há um tempo atrás podiam ser feitas como se em tempo de guerra se tratasse. Relativamente ao esforço de fazer máscaras quando durante algum tempo se desvalorizava a importância das mesmas por parte de vários líderes de opinião, fez com que a Câmara não hesitasse nessa estratégia de as fazer, não sendo apenas as empresas de têxtil a produzi-las. Conseguiu-se gerar um movimento solidário no concelho que permitiu mobilizar mais de 600 pessoas a produzirem 200 mil máscaras nas suas máquinas de costura em casa. Essa foi, de facto, uma experiência notável só ao nível de concelhos dinâmicos, mas também com enorme coração.

Paralelamente a Câmara de Leiria foi uma das primeiras a tomar a decisão de mandar os seus funcionários em teletrabalho para casa. No dia 16 de março as pessoas saíram com os seus computadores do serviço para casa e em praticamente uma semana os serviços conseguiram colocar cerca de 500 funcionários a trabalhar com os softwares e programas da Câmara estando presentemente o processo relativamente estabilizado, com mecanismos de controlo e com aumento de produtividade em alguns desses serviços.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Continuou a sua intervenção dizendo que todo o trabalho feito até agora era sob o lema da campanha “Leiria fica em casa”, tendo a mesma sido agarrado pelas juntas de freguesia e pelos órgãos de comunicação social e obtido um enorme sucesso.

Relativamente ao recolhimento social houve quem não cumprisse o mesmo o que levou a que existisse uma tomada de decisão relativamente ao acesso daquele que é em Leiria o equipamento público mais usado em termos de atividade física - o Polis. A Câmara deu um sinal claro de que Leiria não estava a brincar nesta estratégia de recolhimento, tendo sido até acusada de algum excesso, mas foi efetivamente um sinal claro de que Leiria ou se comportava bem ou teria mortes.

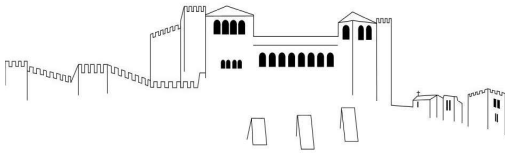
Atualmente não temos uma única morte registada no concelho, existem casos de situações de recuperação, mantendo-se a preocupação de salvar vidas como a principal prioridade.

Dentro das mais diversas atividades existe uma experiência acumulada que pode ser muito útil num futuro pois as pandemias vieram para ficar e ninguém sabe ainda quando é que vem a vacina.

Mencionou ainda a polivalência dos serviços, nomeadamente aqueles que agora não têm trabalho, dando o exemplo do senhor vereador do desporto que passou a ser o “vereador Covid” nas áreas sobretudo das proteções individuais e outras adaptações. Referiu ainda a necessidade de se conseguir gerir uma Câmara no seu dia a dia, nas suas diversas dinâmicas, e todo o outro trabalho que passou a existir de novo. De repente foram precisos mais computadores, mais programas de apoio social, foi preciso reforçar os serviços de proteção civil e dos bombeiros, etc. Afirmou que esta capacidade não só de antecipar, mas de saber que se amanhã for necessário mudar tem que se mudar e que não pode ser lento, tem que existir porque a pandemia não anda ao ritmo da função pública e a administração pública não olha a esse tipo de inércia e a esse tipo de ritmo.

Mencionou ainda o papel importante das Juntas de Freguesia em toda esta situação.

Disse que o principal ensinamento que temos de retirar desta estratégia de combate às pandemias é o dos órgãos com responsabilidades no combate terem de tomar decisões e terem de ter poder de decisão. Defendeu que não podem estar dependentes de uma Direção Regional central, neste caso da região centro onde as pessoas que estão no terreno no dia a dia se precisarem de comprar testes compram, se precisarem de receitar testes fazem a receita, se precisarem de EPI's manda-os comprar, não pode estar dependente de um avião que há de chegar da China e que ninguém sabe quando é que chega. Este tipo de ensinamento reforça não só aquilo que disse sobre a importância de termos circuitos económicos mais próximos. Na sua opinião, e para sair da crise, temos de comprar mais marca “Leiria” tendo mencionado que a próxima campanha que vai ser desenvolvida a seguir ao “Leiria fica em casa” será o “Leiria Regressa” e o “Leiria



Município de Leiria Assembleia Municipal

Recupera. É o Leiria que sai em segurança e é um Leiria que tem um R de marca, marca registada. Defendeu que essa marca tem de ser cada vez mais valorizada e esta crise permitir-nos-á afirmá-la porque o concelho possui um tipo de massa crítica que sendo unida é distinguida a nível do país. Afirmou que se não formos nós a resolver ninguém vai acudir ou quando vier vem muito tarde.

Concluiu dizendo que a experiência que a pandemia nos trouxe deve preparar-nos para o pós-pandemia, daí a necessidade de pararmos aqui também em união, olhar para os nossos parceiros comerciais, para os nossos parceiros sociais e para os nossos parceiros educativos para conseguirmos sair desta crise mais rápido que os outros.

De seguida o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** passou a ler o voto de louvor anteriormente disponibilizado a todos os membros da Assembleia Municipal.

Voto de Louvor:

"Portugal enfrenta, por estes dias, o vírus covid-19, que nos criou um problema muito sério de saúde, que a todos ameaça e que altera drasticamente o nosso viver habitual e quotidiano.

O momento é de calamidade pública, com grandes restrições à movimentação e à vida em sociedade.

Para que o confinamento social seja possível e o alastramento da doença seja controlado, muitos portugueses têm que estar na linha da frente do combate diário pela vida de cada um de nós.

Sem essas pessoas, a calamidade transformar-se-ia em catástrofe.

Colectivamente necessitamos que instituições e serviços continuem a funcionar e, para isso, há profissionais que enfrentam o perigo e o medo com coragem e abnegação.

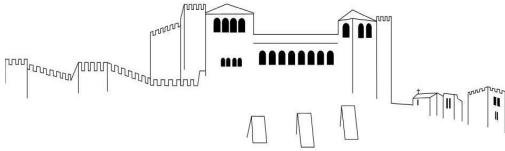
Correm riscos individuais para evitá-los à maioria.

Sentimos que temos uma dívida de gratidão para com todos, sem excluir ninguém.

São profissionais da saúde, dos serviços de assistência às pessoas como os lares, da segurança, da limpeza, da alimentação, da distribuição, da manutenção, da agricultura, silvicultura e pecuária, dos transportes, das comunicações, das pescas, enfim, de todos os sectores de actividade que não pararam e não podem parar para que a vida continue com a normalidade possível a que crescem numerosos voluntários que, gratuitamente, se disponibilizam para ajudar quem deles carece.

Reconhecemos que têm sido inxcedíveis no desempenho e que continuarão a sê-lo.

Sabemos que, em geral, ultrapassam frequentemente o horário normal de trabalho, que correm riscos, que estão impedidos de conviver com os familiares próximos quem amam e de quem sentem natural saudade, que são chamados ao desempenho de tarefas novas e nem sempre nas melhores condições, que se entregam com vontade, coragem e sentido de missão em prol de um bem comum.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Por ser assim:

A Assembleia Municipal delibera aprovar um voto de louvor aos profissionais, implicados nos serviços de interesse comum, especialmente aos dos cuidados de saúde e da assistência às pessoas, mas extensível aos demais que se mantêm em atividade prestando um serviço valioso e imprescindível às nossas vidas e ao bem-estar coletivo.

Aos trabalhadores dos serviços essenciais, que desde a declaração do estado de emergência têm estado e continuarão a estar empenhados em exercer com zelo e dedicação as suas funções profissionais e a dar o melhor de si em prol de todos nós, o nosso sincero agradecimento.

Uma palavra de incentivo a quem superintende nas entidades públicas e instituições de gestão e apoio à crise pandémica, incluindo a retoma económica, para que tudo façam para apoiar, por todas as formas possíveis, trabalhadores, cidadãos e entidades de modo a que se minorem os seus efeitos e se retome o mais depressa possível a normalidade desejada.”

Após a leitura do Voto de Louvor o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** colocou o mesmo à votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**.

Dando continuidade à sessão o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** passou ao ponto seguinte da Ordem do Dia.

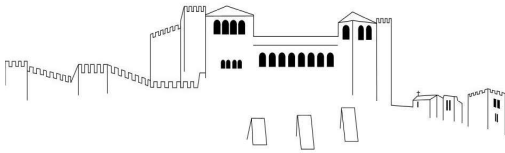
Ponto 2 - Medidas extraordinárias e de carácter urgente de resposta à situação epidemiológica do novo COVID 19 – Apreciação, discussão e votação;

O senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal – Gonçalo Lopes

Explicou que no primeiro pacote de medidas extraordinárias aprovadas no dia 17 de março em reunião de Câmara algumas delas têm implicações em termos de orçamento e de isenções e que por isso têm de ser aprovadas também pelo órgão competente para o efeito que é a Assembleia Municipal. Salientou a questão da tarifa fixa da água que foi deliberada e que será aplicada durante o mês de abril, que irá ter um impacto financeiro na vida dos leirienses no valor de 300 mil euros, assim como também situações relacionadas com o prolongamento de pagamentos de contraordenações e isenção de pagamento de taxas municipais no que diz respeito às atividades nos mercados, uma vez que tiveram que ser encerrados. Tratando-se de isenções será uma diminuição da receita municipal que estava prevista também em orçamento. Sendo, portanto, necessária a sua aprovação em Assembleia Municipal.

Intervenção do senhor deputado Paulo Pedro - PS



Município de Leiria Assembleia Municipal

Cumprimentou todos os presentes.

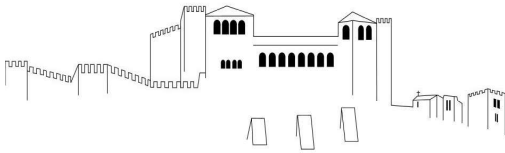
Afirmou que as medidas inseridas quer no 1º, quer no 2º plano de medidas extraordinárias que a Câmara apresentou não merecem da parte de nenhum dos deputados qualquer oposição. Disse que as medidas apresentadas foram importantes quer em termos de minimização dos efeitos do estado de emergência e confinamento, quer ainda na diminuição e/ou prevenção da transmissão de novos casos. Tendo em conta que algumas dessas medidas precisam de autorização da Assembleia entendeu existir unanimidade nesta questão e na aprovação sem grandes questões.

Aproveitou para efetuar um agradecimento, por conhecimento próprio, relativo a outras ações que a Câmara tomou e que na sua perspetiva foram bastante importantes. Fez saber que as associações, nomeadamente de apoio a idosos terão no início desta pandemia passado momentos de angústia e de instabilidade por desconhecerem aquilo que iria acontecer e o que é que lhes podia bater à porta. Uma vez que faz parte dos órgãos de gestão de uma dessas instituições pôde testemunhar o apoio que foi dado por parte da Câmara Municipal às instituições, quer públicas, quer privadas, tendo as mesmas sentido-se um pouco mais aliviadas. Afirmou ainda ter assistido a algumas dessas reuniões com as instituições por videoconferência, salientando o papel essencial da Câmara quer na capacidade de ouvir os responsáveis que até aí estavam perfeitamente em pânico, quer ainda na capacidade de distribuir alguns equipamento de proteção individual, que apesar de não terem chegaram para todos ou para a totalidade das necessidades foram um princípio proporcionando a partir daí às instituições capacidade para começarem a trabalhar de maneira diferente, com mais segurança. Concluiu agradecendo ao senhor Presidente da Câmara e ao executivo na globalidade pelas medidas adotadas para o concelho, nomeadamente no que às instituições de apoio à 3ª idade diz respeito.

Intervenção do senhor deputado **Fábio Joaquim – CDS/PP**

Cumprimentou os presentes.

Começou por dizer que se verificou a aprovação de diversos apoios que vêm agora à Assembleia para aprovação, cujas matérias são de valor e para as quais dão a sua concordância. Questionou o senhor presidente da Câmara sobre se existe ou não a possibilidade de ir um bocadinho mais além daquilo que são os apoios fiscais, isto é, falando daquilo que são os impostos municipais e no peso que eles têm na vida do Município ou na vida das empresas que têm a sua sede no nosso Município. Disse que as medidas que vão ser aprovadas são medidas de resposta imediata, mas entendem ser necessário e julgam ser próprio o Município, tendo a sua situação financeira, que é do conhecimento público, estabilizada e até numa situação bastante positiva, estar disponível a ir mais além no alívio fiscal aos seus munícipes e empresas e por um lado,



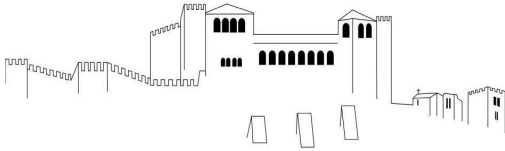
Município de Leiria Assembleia Municipal

numa ótica de competitividade fiscal, atrair melhores e novos empregos para o Município e por outro ajudar as empresas que estão sediadas em Leiria a poderem também ultrapassar aquilo que serão consequências económicas algo duradouras da situação que estamos a viver. Referiu já terem reunido com o senhor Presidente da Câmara e exposto entre outras matérias aquilo que é o valor que a Câmara Municipal cobra em sede de IRS, a taxa máxima. Afirmou que 25% dos municípios em termos nacionais já não o aplicam, entendendo que o município teria aqui uma oportunidade de se poder juntar a uma vanguarda de municípios que já não aplicam a sua taxa máxima aos seus munícipes e aliviar assim um bocadinho a carga fiscal sobre alguns dos residentes em Leiria. Relativamente às empresas é aplicada a taxa de 1,5% na derrama que é também a taxa máxima permitida. Neste caso afirmou estar-se a falar de negócios acima de 150 mil euros e aqui nesta matéria estar a falar-se de 173 municípios que já não aplicam o valor máximo. Afirmou estar plenamente de acordo pois é acima de tudo justo congratular todas as empresas que participaram na fabricação de material para combate ao Covid19, mas reforçou que não se devem esquecer que muitas ou grande parte dessas empresas que participaram na fabricação são empresas que têm volumes de faturação acima dos 150 mil euros. Na sua perspetiva julgam ser esta a forma de premiar também as empresas que por serem um pouco maiores e terem uma faturação superior também deram um contributo dentro da sua proporção o que permitiria também colocar Leiria no mapa daquilo que é a atratividade do ponto de vista fiscal para a fixação de empresas.

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha – BE**

Transcrição:

Sr. Presidente, eu não irei ser tão extenso nem me irei debruçar tão profundamente como o meu colega deputado que acabou agora de falar e não irei falar sobre as empresas e faturação das empresas. Eu gostaria apenas de lhe fazer uma pergunta que se prende, e sem qualquer embargo e sem qualquer crítica à atuação da Câmara relativamente à forma como lidou desde o início com a pandemia, eu gostaria de saber se não era possível ir um pouco mais além no que concerne às refeições dos alunos mais necessitados que, neste momento, a Câmara assegure, e bem, refeições aos alunos do escalão A da ação social. Eu tive a ver e efetivamente este escalão A da ação social é muito, muito pouco. Os restantes escalões também serão, penso que o 2º escalão vai dos 3071 euros de agregado familiar até aos 6 mil, estamos a falar de valores anuais, e o 3º escalão vai dos 6mil até aos 9 mil. Estando a Câmara a assegurar neste momento apenas as famílias ou neste caso os alunos cujos agregados familiares têm um rendimento anual inferior até 3071 euros, pergunto-lhe se efetivamente a Câmara não poderia ir um bocadinho mais longe e estender este programa a outros escalões, designadamente ao 2º e 3º escalões.



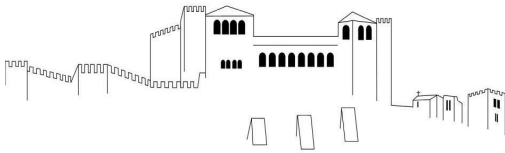
Município de Leiria
Assembleia Municipal

Obrigado!”

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal – Gonçalo Lopes

Iniciou dizendo que se vai existir área onde se vão perceber as diferenças de ideologia numa vida autárquica, será na área fiscal do Município pois no combate ao Covid não há cores, partidos ou ideologia. No pós-Covid, na crise, vai-se perceber qual é o nível de pensamento em termos de ideologia. Na sua perspetiva vai ser colocada a questão se aquilo que se conseguiu arrecadar na Câmara de Leiria foi devido ao esforço feito nos últimos 10 anos, por parte do executivo liderado por Raul Castro, em que se conseguiu pôr contas em ordem para que se conseguisse em momentos como este mostrar que há uma Câmara que vai estar ao lado daqueles que mais necessitam. Disse que aqueles que mais vão necessitar serão sempre aqueles que não têm igualdade de oportunidades sendo por isso os mais sacrificados com a crise, nomeadamente a família que ficou no desemprego, a criança que vai ficar sem poder ter internet e computador em casa, aqueles que não vão conseguir ter dinheiro para pagar a renda ao final do mês e nos próximos meses. Afirmou que o dinheiro que vai ser disponibilizado é para poder dar assistência económica e social àqueles que precisam de ajuda, não por serem calões ou desqualificados, mas sim porque foram e vão ser vítimas daquilo que é uma das crises nunca antes registada e verificada no mundo. Por estes motivos existe a necessidade de criar mecanismos de apoio nessa área estando prevista durante a próxima semana a apresentação de dois programas com forte componente social para vencer limitações básicas de alimentação, higiene e de bens essenciais às famílias. Um dos programas tem uma componente de economia circular e de economia local que irá permitir dar apoio a famílias que devido à questão da pandemia se encontram em situações económicas de dificuldade.

No que diz respeito às refeições escolares esclareceu que são efetivamente uma área de atuação grande, mas que não estão a ter muita procura devido a alguma contenção familiar pois os pais estão em casa com as crianças. Apesar disso reforçou de que haverá por parte do Município um esforço para que as refeições deste escalão ou de outros que venham a solicitar sejam disponibilizadas. Fez saber que no dia anterior tinham reunido com os diretores das escolas e que tinham sido transmitidas essas indicações. Continuou dizendo que durante os próximos meses, que vão ser meses dramáticos, não há-de faltar ajuda, quer da Câmara, quer da rede montada para ultrapassar as necessidades daqueles que mais precisam daí as questões da diferenciação sobre a distribuição da receita do Município em termos de orçamento terem de ser modificadas e por isso ser hoje apresentada na Assembleia Municipal uma revisão orçamental. Afirmou que o dinheiro que vai ser necessário será fundamental para garantir esta retoma, este regresso, esta confiança junto dos Leirienses e a intervenção na política fiscal com uma



Município de Leiria Assembleia Municipal

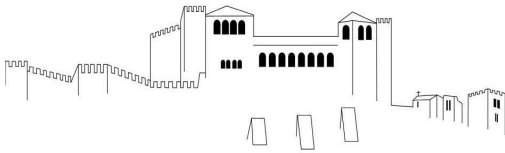
derrama (imposto que incide sobre os lucros das empresas). Continuou dizendo que poucas empresas vão ter lucro este ano, sendo a derrama um imposto que não irá ter efeitos. Quando se chegar ao cálculo da derrama referente ao ano de 2020 a maioria das empresas vão revelar quebras assustadoras não por se ter baixado a taxa ou por se ter intervindo, mas sim porque as empresas vão ter pouco lucro. Disse que a redução da receita do Município em virtude da paragem da economia vai ser também brutal pois vai-se deixar de arrecadar receita das taxas das obras pois as obras vão diminuir. Vai-se ainda deixar de ter outro tipo de receitas resultantes não só do licenciamento, mas de taxas e licenças, bem como a diminuição das transferências do Estado resultante da diminuição de impostos como o IVA ou outros impostos, como o resultante do IMI.

Aproveitou para explicar que não é só a derrama que incide sobre os lucros das empresas que irá diminuir pela sua própria natureza, é também a do IRS e o que a Câmara optou por assumir foi, em vez de baixar 1% a taxa de IRS, manter essa taxa igual mas retirando 1% desse valor, o que equivale a 1,2 milhões de euros.

Pretende-se com esse dinheiro criar um fundo de emergência social em que em vez de se aliviar o IRS, sobretudo daqueles que estão em condições de pagar, se mantenha de modo a apoiar aqueles que mais necessitam (a esmagadora maioria das pessoas são os trabalhadores por conta de outrem com rendimentos e salários relativamente baixos ou medianos e possuem uma taxa de IRS baixa contribuindo pouco para esta receita municipal). Quem contribui mais para esta receita municipal do IRS, como é óbvio, é quem auferir rendimentos superiores e mais elevados e, portanto, se houvesse a diminuição da taxa de IRS seriam essas pessoas que mais ganham, que mais dinheiro têm disponível para pagar esse imposto, que ficariam aliviadas dessa benesse de reduzir o IRS. Por este motivo considera-se mais apropriado recolher esse dinheiro, investi-lo e redistribuí-lo investindo nas pessoas mais carenciadas e que mais necessitam.

Concluiu reconhecendo que vamos passar por um período em vai haver miséria e dificuldades, mas também afirmou saber que o povo de Leiria é um povo com uma resiliência e com um orgulho enormes e vai buscar forças para ultrapassar os seus problemas junto das pessoas com que lida diretamente, sem precisar de onerar aquilo que é a despesa pública. É por isso que quando existem problemas os Leirienses conseguem resolvê-los pessoalmente, sem ajuda do Estado, sem ajuda de investimento público, porque têm essa capacidade de se transformar e de se ajudarem uns aos outros internamente.

Concluídas as intervenções o **senhor 1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** colocou o **Ponto 2** à votação.



A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente às **Medidas extraordinárias e de caráter urgente de resposta à situação epidemiológica do novo COVID 19.**

Ponto 3 - Plano de medidas extraordinárias e de caráter urgente de resposta à situação epidemiológica do novo COVID 19 – Ratificação de despacho - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal – Gonçalo Lopes.**

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal – Gonçalo Lopes

Explicou que este plano consiste num segundo plano de apoios, deliberado passado uma semana do primeiro, e que possui isenções de empresas que estão encerradas durante este período de contenção, bem como das pessoas que auferem um salário de 66% em virtude de estarem em recolhimento em casa. Uma vez que são isenções existe a obrigação das mesmas serem deliberadas em Assembleia Municipal.

Intervenção do senhor deputado Pereira de Melo – PSD/MPT

Transcrição:

"Boa tarde, começo por cumprimentar os presentes e os tele-conferentes através da pessoa do senhor presidente da mesa da assembleia municipal.

Desejo a todos boa saúde e que o vírus (em latim peçonha ou veneno) não vos tenha contaminado.

Ponto 3 - Segundo plano de medidas extraordinárias Medidas de Saúde, alínea B- 9

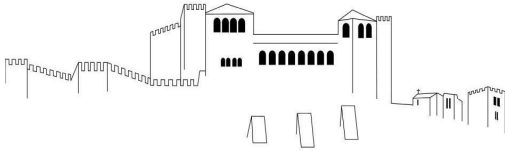
Diligenciar a aquisição de bens essenciais para o reforço da assistência e proteção dos agentes que colaboram no combate à pandemia do Covid19.

Deverá ser estimulado o envolvimento de fornecedores nacionais e as cidades chinesas que têm acordos de amizade com Leiria.

Possuindo a cidade de Leiria acordos de amizade com diversas cidades a nível mundial, 12 cidades estrangeiras e uma portuguesa, não se compreende por que motivo se singulariza apenas as duas cidades chinesas.

Se for por motivos tecnológicos existem outros países como Alemanha, França, Japão, Inglaterra e até Brasil que possuem capacidades tecnológicas, a nível de equipamento médico, tão bons, ou até superiores, aos chineses.

É de estranhar tal seleção sabendo-se que alguns equipamentos encomendados aos chineses vieram falsificados e outros, nomeadamente ventiladores, vieram com os manuais de instruções escritos em mandarim assim como com os sinais impressos nos equipamentos também nos mesmos caracteres.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Concluimos que a recomendação de aquisição de produtos preferencialmente ao mercado dos amigos chineses será um pouco tendenciosa ou, antes, será que o executivo municipal de Leiria pretende mostrar que a culpa da epidemia Covid19 se ter transformado em pandemia é consequência de as autoridades chinesas não terem entervido a tempo, de um modo eficaz, para que a contaminação não se propagasse mundialmente?

Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP

Iniciou a sua intervenção dando conta de que estão perfeitamente de acordo com todas as medidas de emergência que a situação necessita.

Aproveitou para colocar algumas questões que lhes suscitaram alguma curiosidade, e/ou dúvida. A primeira é nas medidas educativas, culturais e desportivas, alínea d), o ponto 14 apoiar o projeto de programação "Cultura com C de Casa", em colaboração com os artistas de Leiria, com o objetivo de levar a cultura às pessoas que estão em isolamento domiciliário através da rede social Facebook Visit Leiria. Relativamente a este ponto questionou quem é que gere o projeto, a forma como o mesmo é coordenado, se é gerido com os artistas, como é que surgiu, quem é que gere os artistas que entram, que não entram. Solicitou um pouco mais de informação relativamente a este projeto. Disse que suspeitam ser um projeto que não vem da iniciativa da Câmara, mas apesar de tudo gostariam de deixar uma sugestão de futuro. Sugeriram que após o estado de emergência a medida nº 20 das medidas económicas, que diz "...criar um programa de apoio ao comércio local para ações de inovação, gestão e modernização nesta fase crítica da diminuição de atividade económica...", pudesse continuar. Defendeu que o comércio local já padece desta carência há muito tempo, existindo felizmente uma tentativa de apoio com esta medida, sugerindo por isso que se mantenha este apoio após o estado de emergência e desta situação que estamos a viver.

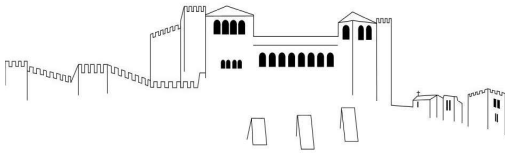
Fez uma chamada de atenção para o fato de no ponto 23 existir a referência a uma listagem dos espaços que ficaram isentados, supostamente em anexo, documento esse que não conseguiram encontrar.

Por fim questionou sobre o Polis e o Jardim da Almuíña, se existia algum plano de reabertura previsto para as pessoas poderem voltar a usufruir desses espaços, nas condições obviamente que todos sabemos que são necessárias nesta altura.

Intervenção do senhor deputado Carlos Conceição – PSD/MPT

Começou por dizer que vão votar favoravelmente todas as medidas extraordinárias que a Câmara Municipal apresentou e mostrou a inteira disponibilidade em cooperarem e votarem favoravelmente e darem o seu apoio a todas as medidas excecionais.

Mencionou o fato do senhor Presidente continuar a falar da anterior situação financeira que o PS encontrou já lá vão tantos anos, que ele próprio inclusive já teve oportunidade



Município de Leiria Assembleia Municipal

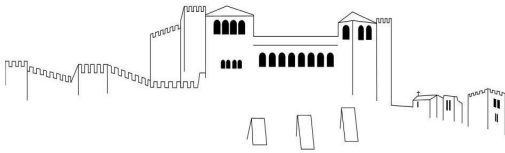
de saudar a Câmara de forma positiva pela sua performance financeira. Afirmou ter aprendido profissionalmente que quando um líder chega não se queixa do passado, porque herda o mau e o bom. Referiu que este tema já cansa e depois é dado como desculpa para não se fazer um conjunto de coisas que se deve.

Disse não concordar com o Estado da “esmolinha”, nem com o Estado “assistencialista”. Concorda sim com um Estado justo e equilibrado e entende que a devolução do IRS é justa e equilibrada para todos pois cada um recebe segundo aquilo que também contribui, não sendo necessário fazer depois um regulamento especial para o fundo de emergência que vai ter um conjunto de regras e uma distribuição discricionária e menos universalista. Entende que uma medida como, por exemplo, devolver IRS aos Leirienses ou isentar 30% da água, não falou na derrama, mas o senhor deputado Fábio Joaquim falou e muito bem, é uma medida justa e universal, vai ao encontro de todos de forma igual. Questionou se os ricos que pagam mais IRS cá em Leiria não vão ter vírus, se não vão ser afetados nas suas atividades profissionais, se não fecharam já as empresas e se muitos não entraram já em layoff.

Afirmou que as pessoas vão ficar sem dinheiro, sem remuneração, sem rendimento, todas elas por igual. Disse também que têm de existir programas de exceção para quem mais precisa, mas questionou se não devem existir medidas de caráter universal uma vez que este vírus ataque universalmente.

Apresentou uma proposta para a organização de uma comissão com todos os partidos representados na Assembleia, com a Câmara Municipal e organizações empresariais e outras da sociedade para estudar as propostas, nomeadamente a redução em 30% do valor da fatura da água e uma redução que possa ir até 50% do IRS cobrado para que possa haver tempo, uma vez que a questão do Covid vai-nos afetar durante muito tempo. Disse que se agora a situação é difícil de seguida vai ser ainda mais, o que os leva a apresentar uma proposta para a criação da referida comissão, liderada pela Câmara, com os intervenientes anteriormente mencionados para que possa ser desenhado um plano objetivo com medidas objetivas e onde estas duas propostas que enunciou possam ser trabalhadas, aprofundadas e alteradas em conjunto com outros contributos e com outras medidas que lhes parecem muito importantes.

Continuou dizendo que esta situação é completamente nova e que ninguém viveu uma situação destas. Muitas das medidas que vêm aqui também defender podem errar é a tentativa/erro, mas entende que temos de estar todos preparados para sofrer aquilo que se calhar em 2008 não sofremos. Disse que estas medidas vão ter um impacto fortíssimo no orçamento da Câmara, mas a Câmara Municipal de Leiria, que fez um excelente trabalho, continua a olhar para o Município como o porquinho mealheiro, porque cobra no máximo tudo aquilo que pode. Afirmou que se for necessário ao Município fazer menos 3,



Município de Leiria Assembleia Municipal

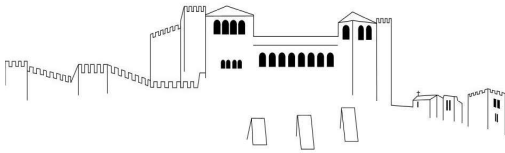
4 ou 5 festas para ter um programa de apoio de modo a canalizar essas verbas e não sacrificar a despesa de capital para reforçar o fundo de emergência, mas outras verbas de festas e de muitas coisas que se calhar não se justificam nesta altura, isso deve ser feito, alocando dinheiro onde ele é prioritário. Uma vez mais afirmou que estão com a Câmara Municipal nesta luta em cooperação, mas pediu para que seja feito um esforço adicional e que mantenham a ideologia um bocadinho mais longe e olhem para as pessoas como elas são, pessoas todas sujeitas ao mesmo problema e ao mesmo vírus, porque este vírus não ataca só aqueles que têm uma folha salarial mais alta, ataca todos de forma igual.

Concluiu dizendo que agora temos medidas universais que podem chegar a todos e não apenas a uma franja, se bem que as franjas nos mais necessitados merecem uma atenção especial claro, mas vamos ser aí democráticos, justos e equilibrados e equitativos. Deixou no ar o desafio e apresentou a referida proposta para a criação da tal comissão.

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha – BE**

Começou por dizer que após ouvir a intervenção do senhor deputado Carlos Conceição viu-se forçado a vir dizer que não concorda com a mesma. Na sua opinião estamos todos a remar e temos todos que remar no mesmo sentido, mas isto é uma discussão que, como disse o senhor Presidente e bem, terá de passar pela ideologia e é ideológica. E tanto é ideológica que a primeira coisa que o senhor deputado veio aqui falar foi da derrama e do IRS. Continuou questionando quantas vezes nestes dias foram confrontados com as limitações opressivas de um ordenamento do território que acrescentou dificuldades a todas as outras situações que o vírus impôs, ou quantas vezes se desejou que os serviços estivessem organizados de acordo com um princípio de proximidade que facilitasse o acesso ou mesmo, quantas vezes se calou o medo de imaginar o regresso dos nossos filhos às escolas que foram transformadas em enormes armazéns, dificilmente adaptáveis às exigências de segurança que vamos continuar a ter. Questionou ainda quantas vezes todos se comoveram com a desgraça vivida em muitos lares de idosos, na realidade autênticos depósitos de velhos, símbolos de uma sociedade que apenas respeita o ser humano enquanto puder ser máquina de trabalho ou quantas vezes todos se voltaram com a hipocrisia dos que tentam aproveitar a desgraça especulando, açambarcando ou tentando passar uma imagem de solidariedade que toda a sua prática sempre negou. Quis saber quantas vezes se envergonharam em silêncio com a indiferença com que se assiste aos maus tratos aplicados àqueles a quem hoje se batem palmas e são reconhecidos como sendo verdadeiros heróis.

Continuou dizendo que uma coisinha como esta, o vírus, pôs a nu a perversidade dos valores que tem dominado as vidas de todos, mas nenhum Município no futuro nos



Município de Leiria Assembleia Municipal

perdoará se não mostrarmos ter entendido que o regresso à normalidade não pode significar repetir todos os erros que nos empurraram para a difícil situação em que nos encontramos, por isso, tal como no 25 de Abril de 1974 também o dia de hoje tem que marcar um ponto final, um ponto de viragem, e isto é ideologia, porque a ideologia é nós termos que repensar toda a estratégia municipal pela qual nos temos orientado toda a nossa vida, que nos tem orientado até agora e para isso também serviu este vírus e para isso servirá certamente aquela Assembleia Municipal que infelizmente tivemos de desmarcar e que dizia respeito ao estado do concelho, o que na sua perspetiva nunca se justificará tanto como nos dias de hoje.

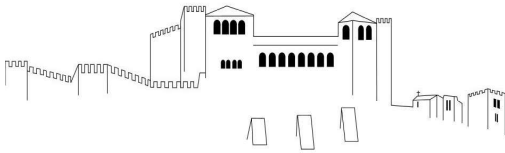
Fazendo o uso da palavra, o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** – mencionou a proposta apresentada pelo senhor deputado Carlos Conceição à Mesa, referente à *“...proposta de realização de uma comissão com todos os partidos da Assembleia, a Câmara Municipal e a organizações de empresas da sociedade civil para estudar estas propostas e eventualmente acrescentar outras para que possa ser já tomada a dianteira de uma situação que se sabe ser longa, difícil e profundamente desafiante para todos.”* Disse ser este o parágrafo por ele sublinhado, estando naturalmente a referir-se à sua própria intervenção.

o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** fez saber que a interpelação ficou feita, mas que a mesa não a pode aceitar neste ponto porque tem de votar a proposta apresentada pela Câmara, a menos que a Câmara altere ou retire a dela própria. Disse que a referida proposta apresentada pelo senhor deputado Carlos Conceição poderá perfeitamente ser colocada em qualquer outro ponto da ordem de trabalhos da próxima Assembleia Municipal ou até os grupos municipais resolverem fazer a própria comissão, independentemente da votação em Assembleia.

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal – Gonçalo Lopes**

Começou a sua intervenção respondendo a algumas das questões colocadas pelos senhores deputados.

Relativamente aos pedidos de ajuda às cidades irmãs disse que foi feito um pedido a todas as cidades. As europeias, nomeadamente a Alemanha, França e Inglaterra estão a viver o mesmo problema que nós, não havendo por isso a possibilidade de darem resposta positiva. Em relação às cidades chinesas, curiosamente, aquela que mostrou disponibilidade para ajudar foi Shantou que não possui um acordo de geminação, apenas um acordo de amizade. Explicou ser uma amizade recente, mas com resultados muito importantes no que diz respeito à atividade desportiva, económica e que, de facto, é uma cidade de dimensão relevante na China. Possui uma população de cerca de 5 milhões de pessoas e disponibilizou 50 mil máscaras. Primeiro eram máscaras que não vinham com a certificação da comunidade europeia e por isso foram canceladas. Compraram umas com



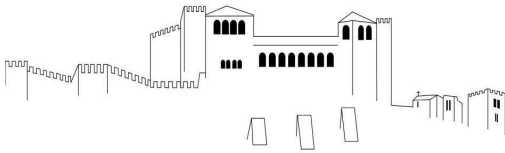
Município de Leiria Assembleia Municipal

certificação dos Estados Unidos e não as deixaram embarcar. Por fim compraram umas terceiras máscaras com certificação europeia muito mais caras e estão atualmente na embaixada de Pequim para partir para Portugal. Fez saber que o esforço desta cidade será na altura certa reconhecido pelo seu empenho em ajudar a população de Leiria, tendo já assumido que dessas 50 mil máscaras a Câmara vai ficar com 30 mil e as restantes vão ser distribuídas pelos concelhos da região de Leiria.

Relativamente à atividade cultural, nomeadamente o projeto "Cultura com C de Casa" o mesmo tem sido transmitido de forma digital através da página de Facebook do Visit Leiria. Disse que tem sido uma experiência notável, um momento importante, uma vez que uma parte significativa das nossas horas são passadas nas redes sociais e à frente do computador, ora por quem está em teletrabalho, ora por quem está a tentar ajudar as crianças na escola. Entende que é um meio importante de promoção cultural e uma maneira de envolver os agentes culturais do concelho neste período, alguns também com uma redução drástica daquilo que era a sua renda mensal, uma vez que tiveram os seus concertos ou os seus espetáculos totalmente cancelados não possuindo atualmente qualquer possibilidade de poder trabalhar a exemplo de outros setores económicos.

Sobre o motivo da intervenção do senhor deputado do PSD, Carlos Conceição, disse ter falado na questão ideológica porque respondeu ao deputado do CDS-PP que colocou abertamente uma questão sobre a proposta de redução de impostos. Afirmou ter respondido que nesta fase o que é importante é pensar como é que temos de ajudar quem mais precisa e claro que somos diferentes. Disse respeitar a sua diferença e a sua maneira de pensar, sendo de opinião que aquilo que nos faz sermos tão bons é a nossa diversidade e o respeito por opiniões diferentes. No entanto, não está no seu foco de preocupação e aí considera serem diferentes. Na sua perspetiva entende que apesar do rico ter o seu rendimento comprometido possui poupanças para resolver os seus problemas no curto prazo. Quem não as tem vai passar dificuldades e é aí que eu pretendo focar a sua energia. Entende ser aí que se distingue a sua proposta da do senhor deputado e claro se um rico vir reduzido o seu rendimento mensal a um nível em que dividindo pela sua família fica 60% do salário mínimo nacional, esse rico poderá recorrer a um novo auxílio que vão lançar que irá permitir receber um vale para poder comprar os bens essenciais durante os próximos 3 meses, que corresponde ao período da crise. Se não cair, afirmou ter outras prioridades e é aí que no seu entendimento faz a diferença relativamente àquilo que é a sua maneira de pensar, a maneira de ajudar quem precisa e não é uma ajuda que deve ser tratada como se estivéssemos a tratar alguém que não merece.

Relativamente à questão das festas começou por dizer que tal como antigamente era frequente ser conhecido por ser o vereador das festas, também se sente no direito de



Município de Leiria Assembleia Municipal

falar sobre a pesada herança deixada pelo anterior executivo, isto porque custou muito a pôr as contas em ordem para que agora se possa ter felizmente capacidade de ajudar a fazer obra nas juntas. Afirmou terem conseguido lançar projetos ambiciosos para que nos próximos anos, quando esta crise passar, Leiria continuar a ser um concelho de referência para se poder viver. Disse que por esses motivos as festas vão estar comprometidas, não se vai realizar a Feira de Maio e possivelmente as iniciativas que vão existir até ao final do ano vão ter que ser muito diferentes, porque o distanciamento social veio para ficar e grandes aglomerados de pessoas não vão ser aceites socialmente. Os festivais de gastronomia não vão ser frequentes e os eventos como o "Leiria sobre Rodas" e o "Leiria Medieval" vão ser diferentes. Afirmou que não se vão deixar de fazer coisas pois Leiria continua a ter uma imagem forte na área da cultura e existem muitas pessoas disponíveis para investir na área do associativismo, quer desportivo, quer cultural.

Continuou dizendo que quando se ultrapassar esta fase difícil vamos voltar a ter atividades nessa área, mas atividades diferentes e é nesse aspeto que entende que se tem de pensar e preparar o futuro.

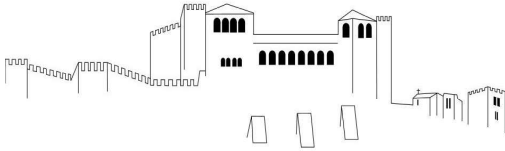
Relativamente ao Polis afirmou não existir nenhuma decisão tomada sendo necessário aguardar o eventual fim do estado de emergência, previsto para dia 2 ou 3 de maio. Possivelmente haverá uma parte que será reaberta e as pessoas podem voltar a passear e caminhar no Polis. No estado de emergência ficou definido que as saídas deviam ser de curta duração e próximas de casa. O que se verificou foi que uma boa parte das pessoas que passeavam naquele espaço não residiam nas suas imediações, estando a utilizá-lo com outros objetivos que não eram os legais. Afirmou que o mesmo será reaberto tendo em conta aquilo que serão as indicações do futuro estado que irá ser definido a partir do dia 2 de maio tomando-se nessa altura as decisões mais apropriadas.

O senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** colocou o **Ponto 3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Plano de medidas extraordinárias e de caráter urgente de resposta à situação epidemiológica do novo COVID 19 – Ratificação de despacho.**

Ponto 4 - Medidas de contenção da pandemia internacional decorrente da doença COVID 19, ao nível dos mercados e feiras municipais - Ratificação de despacho – Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara Municipal - Gonçalo Lopes** prescindiou do direito do uso da palavra.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Não havendo inscrições por parte dos partidos o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** colocou o **Ponto 4** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente às **Medidas de contenção da pandemia internacional decorrente da doença COVID 19, ao nível dos mercados e feiras municipais.**

Ponto 5 - Prorrogação de prazos de pagamento de taxas no seguimento da pandemia internacional decorrente da doença COVID19 – Cemitério de Leiria – Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara Municipal - Gonçalo Lopes** prescindi do direito do uso da palavra.

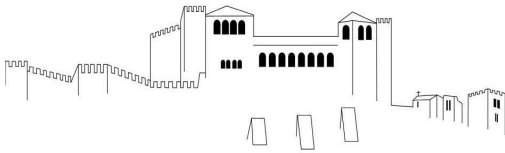
Não havendo inscrições por parte dos partidos o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** colocou o **Ponto 5** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Prorrogação de prazos de pagamento de taxas no seguimento da pandemia internacional decorrente da doença COVID19 – Cemitério de Leiria.**

Ponto 6 - Modificação ao Orçamento Municipal 2020 – 2.ª Alteração Modificativa ao PPI e PAM – Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal – Gonçalo Lopes

Começou por explicar que este ponto consiste numa modificação orçamental que decorre da necessidade de ser criado um instrumento financeiro de apoio àquilo que serão as iniciativas no pós-Covid. É composta por três grandes rubricas nomeadamente, aquisição de bens, aquisição de serviços e apoios financeiros. Dentro destas três rubricas, que totalizam 1,7 milhões de euros, está prevista a questão social, a assistência à alimentação e aos bens básicos das pessoas, medidas na área da educação e na área da economia. Entendeu ser este o momento apropriado e, por isso esta marcação de reunião ter sido tão importante, não só para a criação destas rubricas para poderem ser usadas durante os próximos tempos, mas também para criar uma rubrica orçamental para o fundo municipal de emergência que terá o seu regulamento em discussão e aprovação na próxima Assembleia Municipal, que se prevê que seja aproximadamente no mês de maio ainda. Disse que o fundo terá uma componente muito forte no trabalho em rede, sendo a sua decisão uma decisão discricionária. Após análise de quase todos os



Município de Leiria Assembleia Municipal

fundos municipais de emergência existentes no país é de opinião que se está a preparar um bom documento, completo, em que uma das questões que ficou em cima da mesa é a de que a utilização do fundo vai ser partilhada com todos os elementos da rede social do concelho e juntas de freguesia, quer aquelas que tenham Comissão Social de Freguesia, quer as que não tenham, mas como o nosso objetivo é que todas venham a ter, porque as questões sociais serão fundamentais nos próximos anos. Entende ser importante ter dentro de cada freguesia todos os agentes sociais, sobretudo as IPSS, os movimentos juvenis, os movimentos culturais, os movimentos da Igreja que são, no fundo, agentes ativos naquilo que é a identificação dos problemas que lidam com as forças vivas da freguesia, poderem fazer parte dessas condições para conseguir identificar as situações mais perigosas, as situações mais emergentes.

Continuou dizendo que se pretende partilhar este fundo com este tipo de agentes que estão no terreno para poder identificar e não falhar, porque entende que a pior coisa que pode acontecer é estarmos a despender dinheiro público para famílias ou pessoas que não deveriam receber porque têm condição própria para desenvolver o seu trabalho. Espera através destas comissões conseguir encontrar toda aquela população que necessita de ajuda e assim ajudar a permitir tomar as decisões mais corretas e justas. Concluiu dizendo que não será uma decisão da vereadora da Ação Social, nem do Presidente de Câmara, quer dizer em último caso será sempre, mas antes disso terá o contributo, a análise, a participação e o envolvimento de agentes de caráter social.

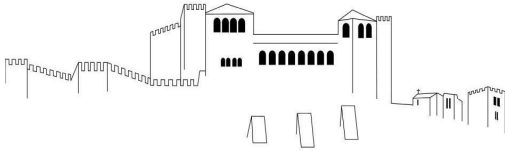
Intervenção da senhora deputada **Joana Cartaxo – PCP**

Cumprimentou todos os presentes.

Iniciou a sua intervenção alertando para o fato do documento possuir um erro que convêm ser corrigido. Onde diz: *"... não foi deliberado por unanimidade autorizar a XII modificação ao orçamento municipal de 2019..."* o ano está incorreto, devendo ler-se "2020."

Chamou a atenção para o fato de estarmos a 21 de abril e de existirem duas alterações ao orçamento. Mais uma vez mencionou a falta de rigor com que este projeto é feito, continuando obviamente a queixar-se e a apontar para essa situação.

Disse que estas modificações sem rumo definido para o concelho não são, obviamente, por causa do Covid, não sendo por causa deste fator que estamos nesta situação. Estas alterações em concreto são motivadas pelas medidas tomadas para combater o coronavírus e são alterações que obrigam a despesas, e apesar de em alguns casos não possuírem a informação necessária e suficiente para poderem avaliar, o que já é um hábito clássico, na generalidade estão de acordo com esta despesa, com estas alterações. Para além disso também já foram tomadas outras medidas, que vão ser discutidas hoje e que resultam claramente.



Município de Leiria Assembleia Municipal

No que diz respeito à diminuição de receitas, principalmente nos SMAS, entende que devia ter sido feita uma estimativa das receitas ou desta perda de receitas, para se poder ter uma visão concreta e rigorosa deste orçamento. Por tudo isso afirmou que esta alteração está incompleta e admite que neste momento e face à diminuição da capacidade técnica que tem ocorrido neste mandato do PS ser de fato difícil fazer estes cálculos e apresentá-los, mas gostariam de ter essa consideração, sendo a Assembleia um órgão deliberativo. Concluiu dizendo que é necessário que se possua toda a informação para se poder avaliar as coisas e, portanto, por todos esses motivos, vão abster-se.

Intervenção do senhor deputado **Pereira de Melo – PSD/MPT**

Transcrição:

"Consultando o mapa das alterações orçamentais da despesa do Município de Leiria começamos por verificar que, de acordo com o conteúdo do topo da coluna 7 onde se escreve em termos de conteúdos que $(7)=(3)+(4)+(5)+(6)$ os números apresentados ao longo desta coluna 7 resultantes da aplicação desta fórmula estão na maioria dos casos errados.

Confrontando os valores conclui-se que a pois a fórmula apresentada está errada a coluna de diminuições/anulações implica um sinal menos na parcela 5, isto é deve escrever-se $(7) = (3) + (4) - (5) + (6)$.

Analisando esta tabela verifica-se que o executivo aproveita para transferir 1.000.000,00 de euros de despesas de capital para despesas correntes.

É de notar que já anteriormente, aprovar o orçamento, tinha feito uma vultuosa transferência neste mesmo sentido.

Além disso o executivo aproveita para rearranjar verbas de modo a reforçar despesas relacionadas com a pandemia covid-19, atitude que consideramos correta, mas também para outros fins como:

Construções diversas, aquisição de bens de capital, administração local e transferências correntes.

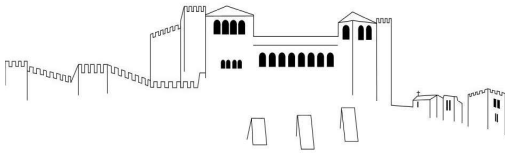
Pergunta-se qual o objectivo destas transferências agora introduzidas?"

Intervenção da senhora deputada **Telma Curado – PS**

Cumprimentou todos os presentes.

Começou por dizer que não se iria alongar sobre este ponto uma vez que as razões subjacentes a esta 12ª modificação orçamental são do conhecimento de todos e encontram-se amplamente suportadas nos elementos que foram disponibilizados pelo Município.

Disse existir a necessidade de aumentar um conjunto de medidas extraordinárias e de carácter urgente que sirvam como resposta à situação de pandemia que vivemos. A



Município de Leiria Assembleia Municipal

revisão efetuada visa dotar o orçamento municipal dos fundos que são necessários para fazer face aos impactos económicos e sociais desta pandemia, nomeadamente através da criação do programa "Pós-Covid 2019", com uma dotação de 1,7 milhões de euros, e do "Fundo Municipal de Emergência" com o valor de 1,28 milhões de euros, que corresponde a 20% da receita relativa à participação do Município no IRS de 2020, isto tudo num total de 2,98 milhões de euros. Continuou dizendo que o "Fundo Municipal de Emergência" visa apoiar famílias dispostas a condições de grande fragilidade social e económica e será objeto de um regulamento futuro a apresentar, regulamento esse onde se irão expor as condições de acesso e de atribuição desses fundos do Município. O programa "Pós-Covid 2019" é crucial para reanimar a economia regional, para manter os níveis de apoio e proteção aos mais frágeis e desprotegidos e para reanimar o pequeno comércio local e os pequenos empresários. Disse que será igualmente alvo de apresentação com maior detalhe no que respeita aos vários tipos de programas que o constituem de forma a que efetivamente corresponda a uma ferramenta de dinamização da nossa economia regional.

Por último disse que esta modificação orçamental deriva essencialmente da reafetação entre rubricas de despesa, da despesa corrente e da redução, como referiu o senhor deputado Pereira de Melo, e algum investimento previsto para 2020, sendo de opinião que os fins justificam os meios. Referiu ainda que é importante salvaguardar que esta modificação orçamental não coloque em causa o princípio do equilíbrio orçamental que é extremamente importante que se mantenha e continue respeitado.

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha – BE**

Questionou o senhor Presidente sobre se neste orçamento pós-Covid é verdade que está previsto o montante total de 60 mil euros, sendo 20 mil euros para cada jornal do concelho.

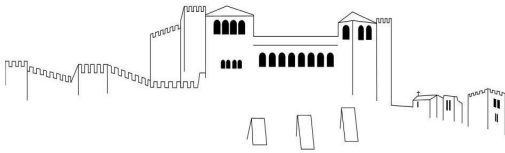
Intervenção da senhora deputada **Margarida Castelão – PSD/MPT**

Cumprimentou todos os presentes.

Iniciou fazendo uma sugestão. Referiu que lendo este ponto, na alínea 4, diz "...assegurar as refeições aos alunos do escalão A da ação social escolar...". Na sua opinião disse que se devia sugerir pelo menos uma correção que se alargasse também aos alunos do escalão B, até porque pareceu-lhe pela intervenção do senhor Presidente que seria a todos os alunos, ou seja, a todas as famílias que manifestem que têm essa carência.

Concluiu dizendo que pelo menos neste documento poder-se-ia alargar quer ao escalão A quer ao escalão B.

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal – Gonçalo Lopes**



Município de Leiria Assembleia Municipal

Relativamente à intervenção da deputada Joana Cartaxo respondeu que esta alteração era imprevisível, não tendo a mesma a ver com a falta de estratégia. Agradeceu o fato de ter votado a favor pois neste ponto tinham de fazer desta forma.

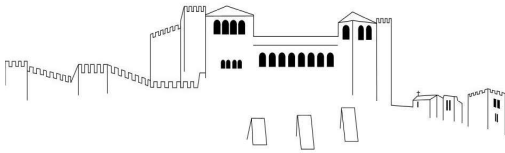
Depois, relativamente à dúvida do senhor deputado Pereira de Melo no ponto 6, das contas que fez das diversas colunas e o facto de na coluna não aparecer o sinal de menos, mas aparecer a diminuição. Geralmente a diminuição está associado ao sinal de menos sendo natural o seu não aparecimento. Apesar de tudo terá efetuado as contas e terá chegado à conclusão que geralmente quando aparece a aumentar também às vezes não precisa de aparecer o sinal de mais. Acrescentou ainda que apesar de as contas serem feitas num programa informático fechado a que se somam as rubricas, admite que às vezes as contas possam surgir erradas, embora não deva ser por rotinas de Excel, porque estas são de um programa próprio de preparação de contas.

No que diz respeito à questão eleitoralista da obra afirmou ter-se reduzido a despesa de capital e mesmo assim conseguir fazer-se obra, porque são obras nas freguesias.

Defendeu que as freguesias, incluindo a cidade, não podem parar. Todo o território deve continuar a acreditar que existe mais vida para além do Covid, sendo por isso necessário continuar a pôr em prática o plano de investimento previsto. Os asfaltos, a recuperação das escolas ou o apoio na melhoria dos edifícios, os equipamentos de saúde são áreas onde continuará a existir uma prioridade na área do investimento aguardando-se a reação do setor da construção a este período. Disse existir muita obra a ritmo lento, resultante também das medidas de contingência.

Mencionou a aprovação recente do projeto para a Vila Portela, estando previsto o lançamento do respetivo concurso, uma obra de 3 milhões de euros, dentro de poucos dias. Referiu ainda a obra em curso do mercado municipal. Continuou mencionando a variante dos Capuchos, cuja escritura foi feita há muitos anos, e o Museu de Leiria, cuja obra estava à espera há mais de 100. Afirmou terem muitas ideias para obras e o principal objetivo será o de cumprir com o programa.

Relativamente à questão colocada pelo Bloco de Esquerda, disse ter tido uma reunião com os três jornais de Leiria, muitos deles também a passar processos difíceis, onde os terá desafiado a lançar nos próximos três meses um conjunto de ações de campanha onde eles tomam a iniciativa e cujo objetivo principal passa por reforçar a segurança das pessoas através dessas mesmas ações. Cada um deles fará mensalmente uma iniciativa própria onde cada um dos seus profissionais, sejam fotógrafos, sejam jornalistas, desenvolvem peças jornalísticas com total independência, de modo a reforçar o espírito de entreajuda e o espírito dinâmico que Leiria tem. O objetivo será o de darem o seu contributo, a exemplo do que fazem os canais televisivos nacionais e que foram fundamentais para fixar pessoas em casa durante este período, relatando e incentivando



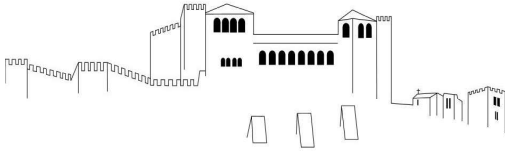
Município de Leiria Assembleia Municipal

esse recolhimento. Afirmou ter lançado o desafio aos jornais de Leiria, à comunicação social de Leiria, para que com total independência possam durante os próximos três meses, com um montante mensal de 6 mil euros, efetuar as devidas ações de promoção daquilo que é regressar à vida ativa em segurança, promovendo a utilização de máscaras, viseiras e outros meios. Devem fazer reportagens daquilo que é a importância da adaptação do setor económico, devem efetuar também os devidos acompanhamentos fotográficos daquilo que são as ações de quem está na linha da frente a trabalhar enquanto todos estão em casa, nomeadamente o trabalho das forças de segurança, das pessoas que recolhem o lixo, etc. Devem acima de tudo manter a sua atividade durante os próximos três meses, focada na problemática do regresso à vida ativa em segurança. Deu conta de que o desafio foi aceite e que a Câmara vai fazer esse procedimento, procedimento esse que está inserido dentro daquilo que é a sua proposta de campanha de promoção de Leiria assim como efetuado no "Leiria fica em casa". Disse que as pessoas de fato respeitaram essa campanha o que leva a que se queira agora fazer uma outra, uma campanha de segurança no retorno ao trabalho. Nesta iniciativa os jornais possuirão total independência nas matérias, tendo total autonomia para o fazer. Cada um deles, em cada mês fará um evento de dimensão relevante a apresentar a Leiria com convidados nas mais diversas áreas, mas sempre com a preocupação de trazer a esse evento algo que distinga Leiria no contexto nacional. Não é uma proposta de publicidade, mas sim uma parceria onde a Câmara voltou a colaborar com eles neste trabalho.

O senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** colocou o **Ponto 6** à votação. A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com uma abstenção do PCP**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Modificação ao Orçamento Municipal 2020 – 2.ª Alteração Modificativa ao PPI e PAM**.

O senhor deputado **Carlos Conceição**, aproveitando a conclusão do ponto 6 da Ordem de Trabalhos, dirigiu-se à Mesa e solicitou esclarecimento sobre qual será o tratamento dado à proposta que a bancada do PSD/MPT apresentou referente à criação da comissão em conjunto.

O senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** respondeu dizendo que no período "Antes da Ordem do Dia" são votadas todas as propostas. Esclareceu que esta Assembleia não tem o referido período e que no período "Ordem do Dia" são votadas as propostas da Câmara Municipal ou de quem as apresenta, quem for o autor de cada um dos pontos, a menos que essa entidade que propõe esse ponto o altere ou retire. Senão votamos em primeiro lugar, faz-se essa votação. Se for aprovado, como foi o caso, fica prejudicada qualquer alteração. Voltou a dizer ao senhor deputado Carlos Conceição, tal



Município de Leiria
Assembleia Municipal

como já tinha referido anteriormente, que a proposta por ele apresentada faz parte da próxima Assembleia Municipal ou seja, se os grupos municipais quiserem até lá começar a trabalhar nisso tudo bem, se não quiserem na próxima Assembleia Municipal a Mesa agenda este ponto que será apresentado na mesma como uma proposta de apreciação da questão fiscal para Leiria.

De seguida o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** aproveitou para enumerar as substituições que não foram anunciadas pela Mesa no início da sessão e deu conta das mesmas: José Pereira dos Santos José Pereira dos Santos foi substituído por Tânia Andreia Cardoso Rodrigues, Maria Isabel Gonçalves foi substituída por Rui Lebreiro e Vítor Pereira dos Reis foi substituído por Valentim Teodósio Ferreira.

Dadas as condições particulares da sessão o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** sugeriu que fossem votadas em minuta as deliberações tomadas até ao momento, de modo a que se acontecesse algum imprevisto daí para a frente o mesmo não afetasse as deliberações já tomadas e que são essenciais para assumir os compromissos previstos. Disse ainda que dada a extensa ordem de trabalhos foi sugerido à Câmara que agendasse por ordem de importância os pontos. Assim, chegados ao orçamento, propôs votar a aprovação em minuta das seis primeiras deliberações.

Após colocação a votação os primeiros seis pontos da Ordem de Trabalhos foram aprovados em minuta, por unanimidade, de acordo com o ponto 3 do Artº 57º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

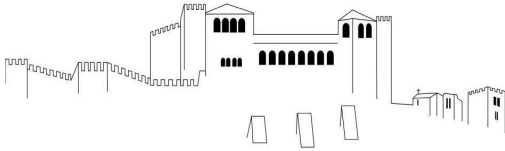
De seguida, tendo em conta a natureza dos dois pontos seguintes e dado o adiantado da hora, o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** propôs que o senhor Presidente da Câmara apresentasse todo o ponto 7 e todo o ponto 8 efetuando-se de seguida a discussão dos mesmos, embora a votação seja separada. A sugestão foi aceite por todos.

Ponto 7 - Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências:

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal – Gonçalo Lopes

Iniciou a sua intervenção dando conta que o ponto se refere a contratos a firmar com as juntas de freguesia nas mais diversas temáticas. Têm a ver com a questão da rede viária municipal no que diz respeito àquilo que é o habitual em termos de trabalho com as juntas. Mencionou o caso particular da feira da Memória, em que será a entrega da responsabilidade de gestão da Feira da Memória à junta de freguesia e, portanto, repassar essa competência para a respetiva freguesia.

Disse ainda que os dois últimos pontos (7.3 e 7.4) são referentes a minutas de contratos interadministrativos na área da educação



Intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias de Colmeias e Memória – Artur Santos

Cumprimentou todos os presentes.

Transcrição:

"Hoje, dia 24 de abril de 2020, vai ficar nos registos desta Assembleia, um ato histórico afeto ao Lugar da Memória e por conseguinte a todos os envolvidos neste processo.

Na verdade, foram muitas as lutas travadas ao longo de vários anos, com o objetivo da Junta da União de Freguesias assumir a gestão da feira dos 9 e dos 24 no Lugar da Memória.

Hoje, caso os digníssimos membros desta Assembleia assim o entendam, esse dia chegou.

Com ele, para além da gestão do espaço, vai finalmente ser transferida a atividade da feira para o local onde algumas pessoas de bem, poderão finalmente respirar de alívio uma vez que neste novo espaço estão reunidas as condições de segurança e de salubridade para a plena atividade deste evento.

Sr. Presidente da Câmara, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados e caros Colegas, confesso que o texto inicial que tinha redigido para vos ler aqui hoje, nada se compara com este que vos leio.

Como não tenho nenhum conselheiro, questionei-me a mim mesmo, se valeria a pena remexer mais num passado recente que em nada dignifica os envolvidos e que me trás muito más recordações!...Concluí, que o melhor é disfrutar as vitórias e tentar esquecer os maus momentos.

Assim, agradeço ao Sr. Presidente da Câmara Dr. Gonçalo Lopes, por toda a sua envolvência neste caso não só como presidente, mas também enquanto Vereador.

Ao Dr. Márcio pela paciência em me aturar e à Sr. Vereadora Catarina.

Não posso, no entanto, deixar no esquecimento o principal responsável que me apoiou desde o início desta longa caminhada, e que esteve inequivocamente sempre ao lado desta Junta de Freguesia...o ex. Vereador Lino Pereira...para ele, um grande obrigado.

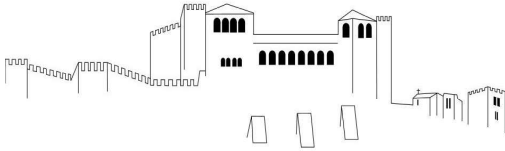
A todos vós, solicito por favor o voto favorável, muito obrigado."

Intervenção da senhora Presidente da União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira - Céline Moreira Gaspar

Cumprimentou todos os presentes.

Transcrição:

"No que respeita ao ponto 7.3 da ordem de trabalhos: Minuta de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências no âmbito da Educação permitam-me que reforce o investimento que este instrumento tem proporcionado ao Parque Escolar do Concelho de Leiria.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Ao longo dos últimos anos temos assistido a uma melhoria constante do Parque Escolar do nosso Concelho. Com a preocupação significativa de criar condições físicas dignas aos nossos alunos, professores e assistentes operacionais, o investimento municipal tem apresentado um ritmo elementar para o cumprimento deste objetivo.

Assistimos não só à construção e remodelação total de vários equipamentos escolares, mas também a reparações profundas que têm permitido preservar e sustentar escolas que foram e são, ainda, a segunda casa das nossas crianças.

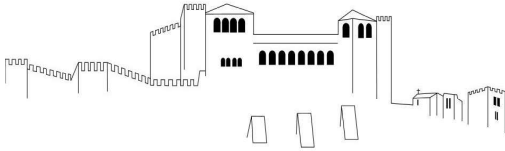
Neste contexto, importa referir e reiterar a importância do papel das Juntas de Freguesia no desenvolvimento deste objetivo. A identificação das necessidades é, sem dúvida, uma preocupação de todos os executivos de Freguesia do Concelho de Leiria e a celebração dos contratos interadministrativos para a execução das intervenções necessárias têm vindo, sem dúvida, a ser um instrumento fundamental para a qualidade física da escola no Concelho de Leiria.

Nos últimos 5 anos foi concretizado um montante global de investimento, através deste instrumento e da colaboração das Juntas de Freguesia, de 3.168.636,43€ (três milhões, cento e sessenta e oito mil, seiscentos e trinta e seis euros e quarenta e três cêntimos). Hoje a Assembleia Municipal manifestar-se-á quanto a mais um investimento através das Juntas de Freguesia num total de 915.965,89€ (novecentos e quinze mil, novecentos e sessenta e cinco euros e oitenta e nove cêntimos).

De referir, ainda, que este tipo de instrumento complementa o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em sede de acordo de execução que concretiza o previsto na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e que tem permitido uma resposta praticamente imediata no que respeita às pequenas reparações nos estabelecimentos escolares por parte das Juntas de Freguesia. Estes acordos têm significado um investimento municipal no total anual de 326.000€ (trezentos e vinte e seis euros), somando nos últimos cinco anos um investimento de 1.630.000,00€ (um milhão e seiscentos e trinta mil euros).

Ao nível da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira de referir o investimento significativo na EB1 da Carreira através dos contratos interadministrativos dos últimos cinco anos. Através deste instrumento foi já possível a construção de um refeitório e respetiva copa, a construção de uma sala polivalente, a instalação de um sistema de aquecimento, bem como a requalificação do edifício em diversas vertentes. Este ano pretendemos realizar a pintura geral do edifício e respetivos muros.

Na minha perspetiva, e reforçando a mensagem da deliberação municipal, reitero que, não só enquanto autarca, mas também como cidadã, a concretização desta delegação de competências tem promovido a coesão territorial, o reforço da solidariedade interautarquias, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações, a racionalização dos recursos disponíveis, a desconcentração administrativa, o reforço de



Município de Leiria
Assembleia Municipal

proximidade com os municípios/fregueses, e uma maior celeridade, economia e eficiência das decisões administrativas.

O exercício destas competências pelas Freguesias não determina o aumento da despesa pública global, promove o aumento da eficiência da gestão e dos ganhos de eficácia com melhor utilização dos recursos e concretiza uma boa articulação entre o Município e a Freguesia.

No que respeita ao ponto 7.4 da ordem de trabalhos – Modificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da Educação, na área da Ação Social Escolar, no Pré-escolar e 1º Ciclo do ensino básico pretendo deixar uma reflexão sobre a forma imediata como o Município de Leiria tem vindo a concertar as repostas necessárias e devidas em tempo de pandemia.

A necessidade de encerramento das Escolas a nível nacional significou um problema significativo perante o estabelecido nos contratos interadministrativos com os diversos parceiros do Município de Leiria quanto à coordenação das Atividades de Apoio e Animação à Família referentes aos jardins-de-infância e pré-escolar e quanto ao desenvolvimento de atividades socioeducativas nos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo.

Neste sentido, o acompanhamento da competência delegada de meios financeiros para garantia da despesa dos parceiros, e neste caso, das Juntas de Freguesia demonstra sem dúvida o papel fundamental que a autarquia tem desenvolvido neste cenário de pandemia.

A situação requereu medidas extraordinárias no âmbito das competências delegadas e verificou-se, de facto, que os pressupostos iniciais deste contrato interadministrativo não contemplavam meios suficientes para este momento de excecionalidade.

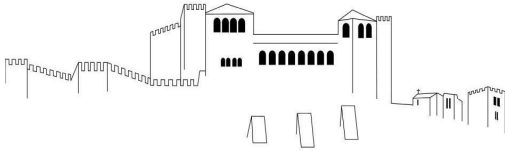
A capacidade de antecipação tem sido extraordinária ao nível municipal e ao nível das Freguesias e para as quais deixo um cumprimento e um reconhecimento particular a todos os meus colegas dos órgãos de freguesia.

Obrigada.”

O senhor **Presidente da Câmara Municipal - Gonçalo Lopes** prescindiu do direito do uso da palavra.

Ponto 7.1 - Contrato Interadministrativo nas Juntas de Freguesia no âmbito da Manutenção da Faixa de Gestão de Combustível da Rede Secundária - Rede Viária Municipal - Alteração ao anexo 2 - mapa financeiro - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** colocou o **Ponto 7.1** à votação.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com uma **abstenção da Junta de Freguesia do Coimbrão** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo nas Juntas de Freguesia no âmbito da Manutenção da Faixa de Gestão de Combustível da Rede Secundária – Rede Viária Municipal - Alteração ao anexo 2 - mapa financeiro.**

Ponto 7.2 Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na União das Freguesias de Colmeias e Memória no âmbito da Gestão e Manutenção de Feiras e Mercados - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** colocou o **Ponto 7.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na União das Freguesias de Colmeias e Memória no âmbito da Gestão e Manutenção de Feiras e Mercados.**

Ponto 7.3 - Minuta de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências no âmbito da Educação - Apreciação, discussão e votação;

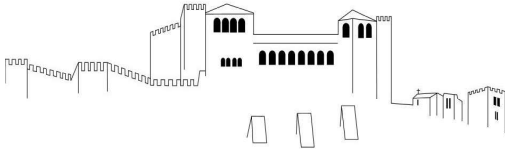
O senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** colocou o **Ponto 7.3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Minuta de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências no âmbito da Educação.**

Ponto 7.4 - Modificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da Educação, na área da Ação Social Escolar, no Pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** colocou o **Ponto 7.4** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Modificação ao Contrato**



Município de Leiria
Assembleia Municipal

**Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da Educação,
na área da Ação Social Escolar, no Pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico.**

Ponto 8 - Regulamentos Municipais de Atribuição de Apoios:

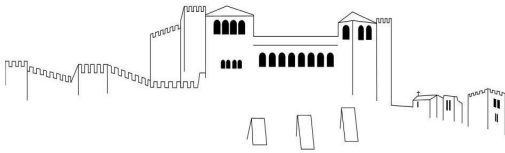
Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal – Gonçalo Lopes

Esclareceu que este ponto se refere aos apoios atribuídos às freguesias, que tem como base legal o regulamento municipal de atribuição de apoios às freguesias recentemente aprovado nesta Assembleia e que após as respetivas candidaturas das juntas de freguesia foram analisadas e agora estão aqui a ser apresentadas para votação no órgão próprio.

Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE

Iniciou a sua intervenção afirmando que relativamente a este ponto iria falar a nível genérico uma vez que com exceção do ponto 8.3, todos os outros pontos pecam por falta de informação.

Questionou o senhor Presidente relativamente à questão do orçamento participativo e das verbas. Disse terem reunido num grupo de trabalho para a alteração do regulamento e da carta de princípios do orçamento participativo. Durante essa discussão foram confrontados com o facto de existirem alguns problemas relativos a algumas obras, problemas esses que se prendiam com questões legais e designadamente com questões de legitimidade, sendo que na altura, com acordo de todos os grupos com representação política na Assembleia, ter-se-á chegado à conclusão que esse problema poderia ser resolvido através de três medidas distintas que eram a realização de contratos de comodato, a constituição de direito de superfície ou através de doação relativamente a terrenos, instalações que não fossem propriedade da junta ou da Câmara. Posto isto questionou se seria verdade o senhor Presidente da Câmara pretender atribuir as verbas referentes às candidaturas ao orçamento participativo vencedoras às juntas de freguesia. Continuou questionando se esta transferência de verbas, se estas verbas estão espelhadas em algum dos valores constantes nestes pontos. Afirmando que se isso está a acontecer vem desvirtuar completamente o orçamento participativo. Disse que o orçamento participativo é municipal e é aprovado e votado nesta Assembleia Municipal, não é em reunião de freguesia, ou seja, o que se estará aqui a fazer é nós aprovarmos e depois estarmos a transferir para as juntas a competência de ter de realizar obras que pertenciam ao Município. Afirmou possuir ainda algumas dúvidas relativamente a esta questão, se por acaso corresponder à verdade. Questionou o facto de se estas obras forem efetivamente transferidas para as Junta de freguesia quem é que irá acompanhar estes projetos, quem é que os vai realizar e quem é que os vai monitorizar?



Município de Leiria Assembleia Municipal

Concluiu dizendo que se efetivamente estiverem espelhadas nestes valores estas verbas do orçamento participativo entende que seria o mínimo que se deveria e que poderia fazer era vir informar a todos os deputados desta Assembleia, o que é que efetivamente se estava a passar e dizer que estão aqui verbas que correspondem a verbas do orçamento participativo e que, por questões legais ou por outras quaisquer que o senhor Presidente faria o favor de explicar, tiveram que ser transferidas para as juntas de freguesia. Não existindo essa explicação é de opinião que se está a falhar um pouco com a transparência que esta Assembleia merece.

Intervenção da senhora deputada **Joana Cartaxo – PCP**

Começou por abordar, uma vez mais, a falta de rigor em relação a algumas informações que não chegam atempadamente ou não chegam de todo.

Em relação ao ponto 8.2 afirmou possuir algumas perguntas que são mais uma vez a demonstração da falta de rigor na entrega e na transparência dos documentos. Disse não entender que obras é que são mencionadas no ponto 8.2. Disse terem apenas um documento que lhes foi entregue, sem qualquer informação sobre o que é que são estas obras. Não entendem porque é que não estão referenciadas todas as juntas de freguesia, porque é que só algumas é que estão, porque é que algumas estão em repetido e por isso não conseguem obviamente aprovar, votar, sobre algo que desconhecem.

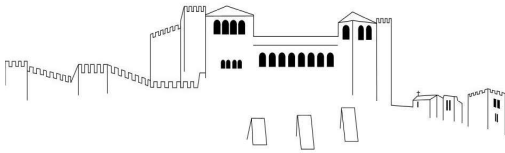
Em relação ao ponto 8.3 fez saber que tiveram o trabalho de fazer um quadro onde estivessem representados os valores que lhes são apresentados, em que colocaram a azul a percentagem de população, a laranja a participação em termos de vantagens pelas juntas da freguesia e o valor por habitante a cinzento. Temos uma média de 17,46 percebendo-se pela altura da coluna de que o valor por habitante é muito superior em relação a outras juntas de freguesia, o que para eles não é aceitável não haver uma equidade em termos de distribuição de valores para algumas juntas de freguesia. Deu como exemplo a Junta de Freguesia dos Marrazes que já é prejudicada há muitos anos, e o fato do Coimbrão e a Bajouca serem as juntas de freguesia mais beneficiadas. Continuam a não perceber o porquê desta discrepância em termos de apoios.

Em relação ao ponto 8.4 continuam sem entender os valores apresentados. Disse que para além dos quadros serem mínimos tiveram alguma dificuldade para analisar, mas conseguiram. Quis saber exatamente o que são os valores apresentados. Se é para acrescentar, para reduzir, é que os valores são exatamente iguais.

Chamou ainda atenção para o fato de existirem as datas de 17 de março num lado e 18 de março noutra. Ficaram sem perceber se houve 2 reuniões, se só uma.

Intervenção do senhor deputado **Carlos Conceição – PSD/MPT**

Iniciou dizendo que o PSD concorda com todos os apoios dados às freguesias, sem exceção, porque acreditam que os presidentes de junta têm sido bons gestores e são



Município de Leiria Assembleia Municipal

capazes de gerir estes montantes. Afirmou não terem essa dúvida e ser por esse motivo que vão votar favoravelmente. Disse não se recordar de o PSD ter votado alguma vez negativamente à transferência de verbas para as juntas e desde que a Câmara passe as responsabilidades e os meios e os clarifique não têm nada a dizer.

No seu entendimento isto é um aprofundamento da democracia o que significa que continuam todos de acordo. Referiu uma vez mais que vão votar favoravelmente, pois acreditam na qualidade dos gestores dos senhores presidentes de junta, mas mencionou o mapa apresentado pelo PCP, que demonstra uma grande assimetria entre juntas e uma enorme parcialidade na distribuição de alguns montantes.

Mencionou o fato de anteriormente ter sido acusado de defender os ricos porque falou na questão da universalidade. Disse que para sermos justos às vezes temos de ser universais, temos de beneficiar todos da mesma maneira, porque os ricos só são ricos enquanto têm dinheiro e proveitos. Quando os proveitos acabam os ricos vão ficando pobres. Afirmou não defender os ricos e mencionou uma vez mais a falta de informação detalhada. Continuou dizendo que se fosse presidente de junta e visse o mapa que estabelece as assimetrias das freguesias ficava preocupado porque há claramente algumas freguesias que estão a ser profundamente penalizadas e outras claramente beneficiadas. Se merecem? Disse que sim, que as que estão a ser beneficiadas merecem, mas as outras também e aqui é uma política de território e desenvolvimento harmonioso do território. Lançou o apelo de ser importante encontrar um outro modelo que seja mais justo, mais equilibrado e mais equitativo, porque este não está a funcionar, bastando olhar para as transferências das verbas, onde falta informação mais detalhada e objetiva, onde há uma arbitrariedade enorme na atribuição dos apoios e este critério usado só fomenta e cultiva mais assimetrias. Concluiu dizendo ser necessária muito mais transparência.

Intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias de Colmeias e Memória – Artur Santos

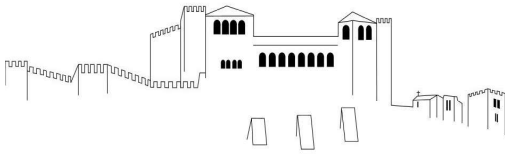
Transcrição:

"Como nota explicativa ao apoio solicitado, passo a informar o seguinte;

A junta de freguesia desenvolveu e elaborou um projeto para a construção de um espaço afetar a um mercado local, a construir no parque de S. Silvestre, no Lugar da Chã, onde atualmente tem lugar a feira dos 6 e a do S. Silvestre no dia 31 de dezembro de cada ano.

Depois de trabalhado, apresentamos a candidatura a fundos comunitários, com o intuito de criar as condições para incentivar a venda de produtos locais, tendo sido aprovada.

Na verdade, face ao momento atual que estamos a atravessar e à falta de qualidade nos alimentos que ingerimos, o regresso à terra direcionado a uma agricultura de



Município de Leiria
Assembleia Municipal

subsistência é inevitável. Obviamente, com um modelo diferente daquele que foi o utilizado pelos nossos pais e avós.

Pretendemos com esta ação, incentivar o cultivo de terras férteis que se encontram ao abandono repletas de silvas e de mato, o que representa um problema nos períodos de verão devido ao risco de incêndios.

Para consolidar este projeto, já estamos a planear a requalificação de um edifício que foi oferecido à Junta que dispõe de terreno rustico com uma área aproximada a 3000m², com a finalidade de o adaptar a um centro de formação agrícola tendo em vista o cultivo de produtos alimentares saudáveis.

A obra em referência tem um custo aproximado a 280.000,00€.

O apoio comunitário é de 77.000,00€.

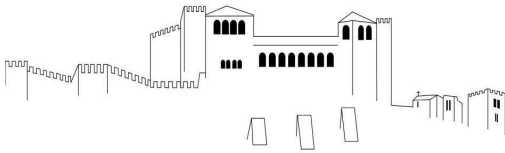
Para a construção deste projeto, necessitávamos de um apoio da Câmara de 150.000,00€ sendo este o valor em causa referenciado no apoio pontual o qual desde já muito agradeço ao Sr. Presidente da Câmara Dr. Gonçalo Lopes em nome de todos os Colmeenses e Memorienses.”

Aproveitou para responder ao senhor deputado Manuel Azenha, dizendo que esta não é uma obra de orçamento participativo. É uma obra em que a junta efetuou uma candidatura a fundos comunitários. Disse ser um projeto da união de freguesias que será acompanhado pelo executivo, à semelhança de outras mais obras que têm sido feitas dentro deste formato e para as quais têm demonstrado capacidade para o fazer.

Intervenção do senhor deputado Gastão Neves – CDS-PP

Iniciou a sua intervenção referindo ser semelhante à dos colegas, tendo todos acabado por focar a mesma preocupação. Apesar disso entendeu intervir pois achou não estar aqui só em causa a obra porque acima de tudo somos cidadãos de Leiria e o que todos querem é o desenvolvimento territorial do nosso concelho e o desenvolvimento equitativo das respetivas freguesias e no seu entendimento acha que aquilo que se passa é que ou há de fato uma falta de planeamento estratégico em termos de desenvolvimento territorial e de planeamento de obra ou então as verbas estão a ser aplicadas de forma incorreta. Referiu que aquilo que o preocupa é saber se a verba que estava afeta e cabimentada para o orçamento participativo vai ser transferida para este apoio às freguesias, apoio esse que todos sustentaram e aprovaram. Lembrou que foi criado um grupo de trabalho com a participação do executivo na pessoa da senhora vereadora, grupo esse que perdeu algumas horas de trabalho e não efetuou nada à margem do executivo.

Concluiu dizendo que a questão que se pretende ver respondida é a de se saber, por uma questão de transparência, se efetivamente essa verba que estava afeta e cabimentada para o orçamento participativo vai ser transferida para esta rubrica ou se de facto estão



Município de Leiria
Assembleia Municipal

a ser feitas obras ou não. Pelo que percebeu algumas não estarão, mas a questão da verba é pertinente o senhor Presidente esclarecer.

Intervenção do senhor Presidente da Freguesia de Maceira – Vítor Santos

Cumprimentou todos os presentes.

Iniciou a sua intervenção manifestando a sua perplexidade face às intervenções dos senhores deputados Joana Cartaxo e Carlos Conceição relativamente ao mapa com a distribuição do montante por freguesia e pela discrepância que foi mencionada relativamente a umas freguesias serem beneficiadas em relação a outras. Disse que por vezes os investimentos têm tempo para serem executados e há diferenças realmente entre freguesias. Pediu ao senhor Presidente da Câmara que tivesse a coragem de dizer claramente quais são os montantes que foram investidos nas freguesias nestes últimos anos, de modo a poder constatar-se se realmente a diferença aqui apresentada é assim tão grande ou não como aquela apresentada pelos senhores deputados.

Transcrição:

"Relativamente aos assuntos em discussão e deliberação nos pontos 8.1, 8.2, 8.3, e 8.4 importa, antes de mais, realçar o papel das Freguesias no desenvolvimento do Concelho.

As Freguesias têm dado um contributo importantíssimo para ultrapassar os atrasos, carências e deficiências do território rural em relação à sede do Concelho de Leiria.

Nos últimos anos foram construídos caminhos, arruamentos, passeios, escolas, pavilhões, equipamentos desportivos, culturais e de transporte e foram reforçadas as estruturas de apoio à saúde e ao apoio social. Um realce especial para o investimento nas novas tecnologias de informação, complementado com a introdução de novas ferramentas de gestão, permitiu fazer a modernização administrativa que, acrescida da formação profissional dos colaboradores e eleitos transformou o trabalho das juntas numa gestão praticamente profissional.

Todas estas medidas acrescidas da descentralização administrativa, das delegações de competências e dos protocolos celebrados com algumas instituições, de entre as quais se destacam:

Câmara Municipal de Leiria

Autoridade para a Modernização Administrativa

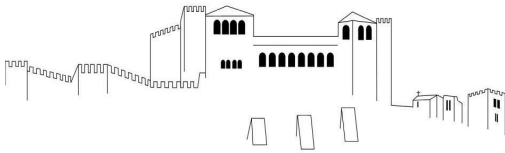
Autoridade Tributária

O Instituto de Emprego e Formação Profissional

Instituto da Segurança Social

Permitiram uma melhor prestação do serviço no atendimento da população e na melhoria das condições de vida de todos os habitantes.

Com estas novas delegações de competências todo o executivo Camarário demonstra que acredita nas capacidades de administração das suas Juntas de Freguesia, sobretudo



Município de Leiria Assembleia Municipal

pelos montantes envolvidos, mais de 4 milhões de euros, que irão concerteza melhorar a imagem do concelho. No entanto, com a aprovação destes pontos pela Assembleia, estas medidas acarretarão um aumento substancial das responsabilidades dos autarcas na gestão Municipal e colocará à prova as capacidades de realização de todos os eleitos locais.

Esperamos estar à altura da confiança que em nós foi depositada.

Obrigado!"

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal – Gonçalo Lopes

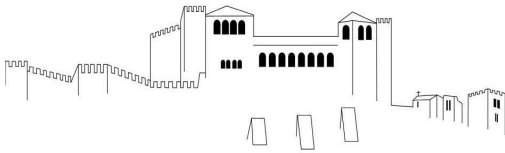
Começou por dizer que o dinheiro utilizado pelas juntas de freguesia é sempre um dinheiro bem empregue, é empregue sempre de uma maneira transparente e sempre com elevados resultados junto da população, uma vez que é investimento feito por pessoas que estão no terreno no dia a dia e por isso têm um nível de eficácia, de poupança, e de rigor extremamente elevado. Disse que estes apoios são muito transparentes porque vêm todos à Assembleia Municipal. Explicou também que todo o apoio que é dado às juntas pela 1ª vez é feito através de um regulamento, que obriga a entrega não só da candidatura, mas também de relatórios com comprovativos de entrega. Justificou este rigor do sistema pelo fato da Câmara estar a ser auditada relativamente aos apoios que dá nas mais diversas áreas e, nesta área em concreto, entenderam dar um passo em frente sem hesitações nos últimos 6 meses.

Relativamente às questões levantadas sobre o rigor e a transparência dos apoios atribuídos às juntas voltou a dizer que nunca foram tão claros, tão transparentes e tão participados e partilhados. Estes apoios foram discutidos, negociados e acordados com todos os presidentes de junta, de todos os partidos. Defendeu que nas reuniões com os presidentes de junta não há partidos.

Relativamente ao ponto 8.2 e a questão do orçamento participativo disse que a Câmara só pode fazer obra naquilo que é dela e não no que é dos outros. Os vencedores dos orçamentos participativos estavam há anos impedidos de andar para a frente porque não existia legitimidade de se poder fazer uma obra na casa dos outros. A conclusão a que chegaram e a decisão que tomaram foi que deviam cumprir com aquilo que era a vontade expressa do ponto de vista do orçamento participativo, ou seja, das pessoas.

Uma vez que projetos vencedores não poderiam ficar eternamente adiados a Câmara optou por apoiar os mesmos. A obra continua a ser de quem a executa, mas também com o apoio dos Leirienses que votaram naqueles projetos e disseram que aquele orçamento, com o dinheiro do orçamento municipal devia ser utilizado para aquele fim.

Continuou dizendo que em primeiro lugar os projetos são os vencedores, em segundo sabem quanto é que eles custam porque foram eles que os fizeram, em terceiro a Câmara não os pode fazer, mas aquilo que as pessoas quando votaram disseram foi que



Município de Leiria Assembleia Municipal

acreditavam naquele projeto, independentemente de quem é que o iria fazer, e queriam ver aquela obra feita e a Câmara não estava a cumprir com isso. Ao verificarem que as obras não avançavam, e de modo a poder ir ao encontro da vontade da população definiram essa estratégia, estratégia essa que na sua perspetiva está clara, é objetiva e sobretudo é prática porque vai aparecer obra e responder àquilo que é a ambição do orçamento participativo e a vontade das pessoas que votaram nestes projetos.

Referiu ser a primeira vez que ouve uma crítica deste género e explicou a forma como eram distribuídos os apoios às Juntas de Freguesia. Disse que eram atribuídos 50 mil euros a cada junta para obra e 12 mil euros para despesa corrente. Ao dividir esses valores pelo número de habitantes de cada freguesia verificar-se-ia que a diferença seria ainda maior. Deu conta de que o que combinou com os senhores presidentes de junta era de que iam duplicar-lhes este montante que não será distribuído de maneira igual, mas sim de acordo com o número de habitantes que cada freguesia tem, sendo esse o motivo pelo qual as contas ainda não estão equilibradas.

Afirmou ter-se passado de uma situação em que todos recebiam por igual e havia um ou outro presidente de junta que reclamava, geralmente os que possuíam mais população, para uma situação em que todos estão muito mais confortáveis porque passaram para um critério de meio termo, que apesar de não ser o desejável é aquele que é equivalente à evolução de cumprir com aquilo que eram as expectativas legítimas de quem já recebia 50 mil, porque o pior que podia acontecer era dizer às freguesias mais pequenas, e neste caso o Coimbrão não é a mais pequena é a menos populosa, e dizer-lhes que por terem já a verba de 50 mil euros vão deixar de receber porque vamos pegar no valor total que está aqui distribuído, que é 1,7 milhões de euros, e vamos dividir pela população.

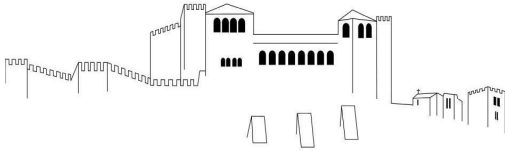
Afirmou ainda que a leitura que apresentou aos presidentes de junta é a de que quem tem direitos adquiridos mantém os 50 mil euros, mas o montante a seguir, que é o montante de 900 mil euros, será distribuído pelo número de habitantes tendo sido assim que se chegou a este acordo.

Concluiu dizendo que os documentos podiam ser mais claros pois para os senhores vereadores da Câmara constam estas referências internas que são os SIDAM's (números dos registos onde podem consultar os serviços) mas na parte para a Assembleia não aparecendo esta documentação pode gerar algum desconhecimento.

Intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão – Ventura Tomaz

Cumprimentou todos os presentes.

Afirmou que a sua questão se prende unicamente com o pedido à deputada Joana Cartaxo de disponibilização dos números em que se baseou para executar o gráfico que apresentou pois gostaria muito de ter acesso a eles. Disse também ter ficado perplexo



Município de Leiria
Assembleia Municipal

com o gráfico apresentado e, contrariamente a outros deputados, gosta muito de trabalhar com números e elaborar gráficos tendo por isso solicitado acesso aos mesmos. Apesar do senhor Presidente da Câmara ter feito o favor de lembrar que a freguesia do Coimbrão é a maior freguesia do concelho sugeriu ter de se fazer uma análise por quilómetro quadrado e não só por pessoa para ser justo, sendo certo que é a menos populosa. Disse deduzir que estejam ali mencionados valores que não tenham sido direcionados diretamente para a gestão do espaço ou seja para aquilo que é a intervenção da junta de freguesia pedindo uma vez mais a disponibilização dos dados à senhora deputada Joana Cartaxo.

De seguida o senhor deputado **Manuel Azenha** abordou a Mesa mencionando que tinha um pedido de esclarecimento a apresentar, no seguimento da resposta do senhor Presidente da Câmara. Referiu ter ficado sem perceber em que ponto é que constam as verbas do orçamento participativo que foram transferidas para as juntas.

O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu ser a verba que está no ponto 8.2.

De seguida o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva** Alves deu início à votação do Ponto 8.

Ponto 8.1 - Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Financeiros para as Sedes das Freguesias/União das Freguesias - Apreciação, discussão e votação;

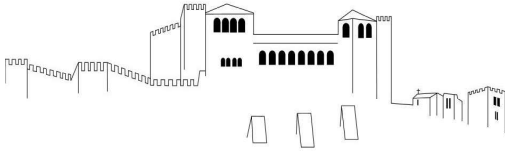
O senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** colocou o **Ponto 8.1** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Financeiros para as Sedes das Freguesias/União das Freguesias**.

Ponto 8.2 - Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Financeiros Pontuais para Obras - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** colocou o **Ponto 8.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com dois votos contra do PCP e BE e uma abstenção da Junta de Freguesia da Bidoeira de Cima** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Regulamento**



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Financeiros Pontuais para Obras.

Ponto 8.3 - Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios para Despesas Correntes e Capital - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** colocou o **Ponto 8.3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com um voto **contra do PCP** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios para Despesas Correntes e Capital**.

Ponto 8.4 - Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Corrente e Capital – Alteração - Apreciação, discussão e votação;

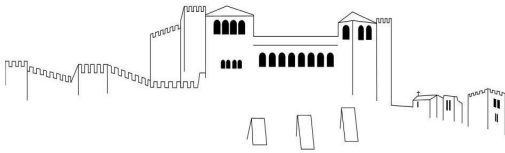
O senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** colocou o **Ponto 8.4** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com um voto **contra do PCP** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoios Corrente e Capital – Alteração**.

Ponto 9 - Transferência de Competências do Município de Leiria para os órgãos das Freguesias/União de Freguesia - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal – Gonçalo Lopes

Começou por dizer que neste ponto pretende-se deliberar no âmbito do processo de transferência de competências em curso, sendo necessário nesta altura identificar, dentro das competências a transferir, conforme está definido na lei, quais são as áreas que deverão permanecer no Município tendo em conta a sua dimensão estratégica e municipal. Deu o exemplo dos mercados e feiras que serão transferidos para as juntas



Município de Leiria Assembleia Municipal

depois de um processo de negociação, com exceção do mercado municipal, cuja obra está a ser feita pela câmara e ficará de fora do perímetro de negociação na descentralização, a exemplo da manutenção das vias estratégicas ou os grandes jardins, que ficam já de fora do processo de negociação da descentralização. Concluiu dizendo que nesta sessão se está a aprovar a lista dos elementos das diversas competências que irão permanecer na esfera municipal e a partir daí todas as outras serão objeto de negociação com as juntas, podendo algumas ainda continuar na câmara ou podendo ser firmadas naquilo que é a sua descentralização.

Intervenção do senhor deputado **Pereira de Melo – PSD/MPT**

Transcrição:

"A listagem de espaços verdes cuja manutenção se mantém na esfera da competência do Município de Leiria é um mapa cuja consulta é fastidiosa pois a ordenação dos locais está feita de um modo aleatório.

Aceita-se que ordenação se baseie em tipos de topologia A,B,C,D, mas dentro de cada topologia, a ordenação devia ser por freguesia ou união de freguesias de contrário torna-se quase impossível encontrar uma parcela de espaço verde que pretendamos consultar uma vez que existem cerca de duas centenas."

Intervenção do senhor **Presidente da União de Freguesias de Marrazes e Barosa – Paulo Clemente**

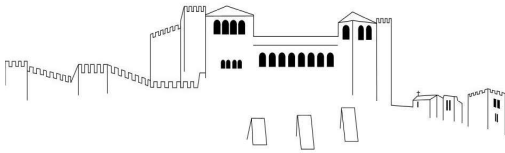
Cumprimentou todos os presentes.

Congratulou o executivo da Câmara por ter definido e mantido todas as competências na Câmara enumeradas nesta deliberação, pois com a situação de pandemia que se vive as juntas neste momento não teriam condições para poder aceitar essas competências. Sugeriu a realização de um estudo, pois a maior parte delas também não tem condições nem técnicas, humanas ou financeiras para conseguir ficar com todas essas competências. Defendeu que o referido estudo deva ser efetuado em conjunto com o senhor Presidente e o seu executivo, para que futuramente se possa averiguar de que forma e quais as competências, incluindo aquelas mencionadas no ponto 9, podem efetivamente ficar nas juntas porque a maior parte das juntas não tem recursos para albergar todas estas competências.

Sugeriu, no caso financeiro, e uma vez que o IMI recebido por cada junta de Freguesia é de 1,5%, que o mesmo fosse alterado para um valor entre 10 e 20%, pois iria beneficiar todas as juntas e daria uma margem de manobra que lhes permitiria não estarem sempre dependentes da Câmara Municipal.

Intervenção do senhor deputado **Carlos Conceição – PSD/MPT**

Começou por referir a importância da intervenção do senhor presidente de junta de Marrazes pois o tema da descentralização é fundamental. Reconheceu saberem que as



Município de Leiria Assembleia Municipal

juntas de freguesia estão muito depauperadas em termos de recursos, sejam eles financeiros, humanos ou técnicos. Disse concordarem com o fato de que se se estão a passar responsabilidades que se passem também os meios, mas aqui estamos a falar apenas dos financeiros. Posto isto questionou sobre que medidas estão a ser programadas em termos de outros meios dado que são necessários recursos humanos qualificados mais cedo ou mais tarde. Perguntou ainda, pois no ponto é referido "*... a proposta aprovada pela Câmara Municipal foi submetida a parecer sem caráter vinculativo do órgão executivo de cada uma das freguesias ou uniões de freguesia, para que se pronunciassem sobre o seu teor...*", se as juntas de freguesia responderam e se sim em que sentido, porque efetivamente ou isto é muito bem feito e os presidentes de junta têm meios financeiros, técnicos e humanos para fazerem o trabalho que lhes vai ser pedido, ou que lhes está a ser pedido, ou então será um presente envenenado.

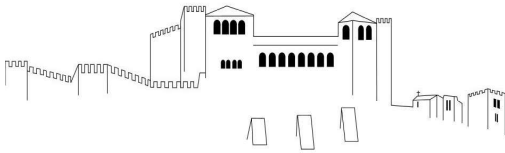
Concluiu dizendo que gostaria também de perceber qual é a sensibilidade que os senhores presidentes de junta fizeram chegar ao senhor Presidente sobre este tema tão importante para a nossa democracia, mas tão sensível também para a vida dos autarcas das juntas de freguesia.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal – Gonçalo Lopes

Começou por dizer que esta não é ainda a transferência de competências e que o que é importante nesta etapa, conforme está definido na lei, é que a Câmara, em conjunto com as juntas de freguesia, defina aquilo que é estratégico e de dimensão municipal que não cabe na esfera da descentralização, embora esteja incluído na competência.

Voltou a dizer quais os mercados que vão passar para as juntas, sendo que o mercado de Leiria, por ser grande demais, fica sob responsabilidade da Câmara e é isso que está definido nesta deliberação que tem elencado o estudo que foi validado pelos presidentes de junta bem como todos os pareceres por eles emitidos, tendo-se cumprido essa fase de trabalho. Descreveu o procedimento efetuado, nomeadamente as reuniões regulares com uma equipa interna da Câmara em conjunto com as juntas de freguesia, de modo a que se consiga aferir com mais detalhe qual o valor global da descentralização em cada uma das competências. Referiu que essas competências, as principais, já são executadas pelas juntas há muitos anos através de contratos interadministrativos que correspondem a uma delegação de uma competência, delegação essa que no futuro, através desta lei, já não pode ser delegada.

Afirmou que o processo de descentralização é diferente pois a competência deixa de ser da Câmara e passa a ser da junta de freguesia, passando esta a ser a responsável máxima por alguns trabalhos que já faz (manutenção nas escolas, limpeza das vias, etc.) passando a fazê-lo agora de pleno direito, sem qualquer tipo de prestação de contas ao Município. É de opinião que estas competências possam ser transferidas de uma maneira



Município de Leiria
Assembleia Municipal

planeada e estudada para que não seja a tal prenda envenenada que as juntas receiam tendo para isso sido constituído o referido grupo de trabalho onde estão alguns presidentes de junta. Disse estarem a trabalhar nesta área com algum afinco, tendo já chegado a esta conclusão, sendo que na altura apropriada será apresentado o processo de descentralização de forma mais tranquila. Relativamente ao histórico existente, que é o valor que já se transfere, existem dúvidas se esse valor será suficiente. Caso não seja o valor precisa de ser aferido. Disse ainda existirem valores muito diferentes de máquinas e prestação de serviços de freguesia para freguesia sendo esse tipo de estudos que estão a efetuar para poderem chegar a um valor correto e equilibrado. Concluiu dizendo que este assunto será apresentado e debatido na altura certa, dentro do calendário previsto em termos de deliberação.

O senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** colocou o **Ponto 9** à votação. A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Transferência de Competências do Município de Leiria para os órgãos das Freguesias/Uniões de Freguesia**.

Ponto 10 - Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho de Leiria - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal - Gonçalo Lopes**

Fez saber que este ponto corresponde ao regulamento que já teve discussão pública e votação em reunião de Câmara estando na fase final de aprovação na Assembleia para posterior entrada em vigor, depois de publicado em Diário da República.

Intervenção do senhor deputado **Pereira de Melo – PSD/MPT**

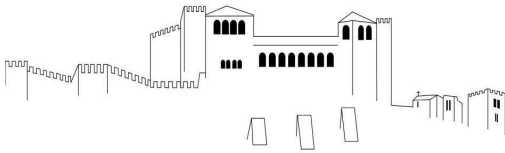
Transcrição:

"No artigo 3 alínea g) do projeto de regulamento apresentado é dito: "A atribuição de uma bolsa de estudo anual, durante a frequência do ensino superior, no valor de 500 EUR ao bombeiro que se encontre a frequentar o ensino superior, desde que com comprovado aproveitamento escolar."

Achamos contudo que o critério de aprovação da bolsa baseado em apenas no comprovado aproveitamento escolar é muito vago e pode prestar-se a situações de compadrio ou injustiça.

Propomos que a atribuição da bolsa se baseie no aproveitamento em 50% das unidades escolares em que esteve, ou está, matriculado, dependendo de a bolsa ser referente ao aproveitamento no ano anterior ou no presente ano letivo."

Intervenção da senhora deputada **Joana Cartaxo – PCP**



Município de Leiria Assembleia Municipal

Começou por dizer que os bombeiros em geral e as associações humanitárias de bombeiros voluntários estão entre os fatores fundamentais para assegurar a tranquilidade e a segurança das populações. As associações humanitárias de bombeiros voluntários são estruturas de homens e mulheres que dão tudo para salvar vidas e bens da comunidade, sendo por isso necessário valorizá-las. Disse que os bombeiros voluntários merecem todo o respeito pelos direitos específicos e pela melhoria do respetivo estatuto social e material, no entanto, o que está no artigo 3º do documento apresentado é diferente. Afirmou que tal documento não pode ter o seu apoio e nem sequer lhes devia ter sido proposto aqui neste órgão, porque do seu ponto de vista está a violar o princípio constitucional da igualdade. Questionou o motivo pelo qual os bombeiros voluntários têm direito, e passou a citar: "*... a acesso gratuito a eventos culturais nos equipamentos culturais do Município...*", e os bombeiros e os outros funcionários municipais não? Defendem existir aqui um desequilíbrio que não entendem, o que levou a questionar se a restante população também não dá o seu contributo para um desenvolvimento económico e social. Referiu ainda o mesmo exemplo com as tarifas da água e o uso gratuito dos autocarros da Mobilis, o que uma vez mais leva a que não consigam compreender a discrepância em termos de direitos. Afirmou não poder ser gerada desigualdade entre cidadãos e trabalhadores.

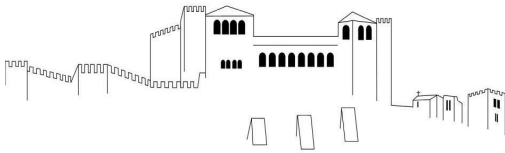
Relativamente aos contratos de seguro, de acordo com o nº 6 do artigo 17º do Decreto-Lei nº 247/2017, de 27 de Junho, introduzido pelo decreto-lei número 103/2018, de 29 de Novembro, passou a citar: "*...os Municípios em cuja área territorial atuem as equipas de intervenção permanente podem apoiar o funcionamento das mesmas designadamente participando nos custos com seguros de acidentes de trabalho dos elementos que integram as equipas de intervenção permanente e nos custos com a aquisição de equipamentos a elas afetos...*", concluindo que só para estes casos é que está previsto que os Municípios suportem os encargos com os seguros.

Por fim, fez saber que ao contrário do que é aqui afirmado não possuem nenhum estudo feito, o que lhes deixa a dúvida se o mesmo foi de fato realizado e faz acreditar estar-se no domínio do social, do nacional porreirismo, da cedência de interesses cooperativos e longe da necessidade e da justiça que os bombeiros voluntários merecem. Concluiu dizendo que vão votar contra expressando, no entanto, toda a solidariedade com todos os bombeiros que existem neste país, voluntários e municipais.

Intervenção do senhor deputado Renato Cruz – PS

Cumprimentou todos os presentes.

Começou por felicitar o Município pela elaboração deste regulamento de apoio, porque os bombeiros voluntários não são mais do que isso, são voluntários, não há medidas, não há uma remuneração. Disse ter ficado um pouco surpreendido quando a colega deputada



Município de Leiria Assembleia Municipal

Joana Cartaxo comparou os voluntários aos funcionários municipais e aos Bombeiros Sapadores. Afirmou que existe um apoio social já definido a nível do Estado central (Decreto-Lei 64/2019) que faz precisamente essa distinção de apoio social para os bombeiros voluntários. Sobre a proposta de regulamento apresentada felicitou a Câmara pois a mesma vem em linha com muitos Municípios que já o têm. Na sequência da sugestão do senhor deputado Pereira de Melo sugeriu se calhar utilizar a taxa de sucesso em algumas unidades curriculares em vez do ano letivo. Como todos os regulamentos há pequenas melhorias no sentido de ser mais justo e mais equitativo.

Intervenção do senhor deputado Fábio Joaquim – CDS-PP

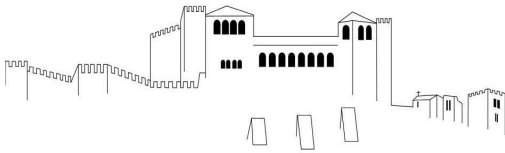
Começou por dar uma palavra de apreço às associações humanitárias de bombeiros voluntários e fez saber que o CDS-PP votará a favor, ainda para mais numa situação de calamidade tudo o que possam ser apoios a associações humanitárias, sejam elas de bombeiros ou de outro cariz, é sempre de louvar.

Afirmou que o CDS-PP, acha que se pode ir ainda um pouco mais longe no desenvolvimento de atividades e aqui sim, a sociedade civil tem um papel importante a ser desenvolvido, como tal o CDS-PP votará a favor.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal - Gonçalo Lopes

Disse que relativamente ao apoio da bolsa o aproveitamento será naturalmente o passar de ano, pois é nesse momento que é verificado o aproveitamento normal que se prevê no ensino.

Relativamente à questão levantada pela deputada Joana Cartaxo disse que este é um regulamento que visa promover o voluntariado numa área decisiva que é a área da proteção civil e da segurança das pessoas. Afirmou que no momento em que vivemos crises associativas, onde é cada vez mais difícil arranjar pessoas que apliquem um bocadinho do seu tempo pessoal em prol dos outros, este é um incentivo e/ou reconhecimento para que efetivamente ser bombeiro no concelho de Leiria, para além de ser um ato de realização pessoal em que quem dá a sua vida em prol dos outros possa também ter um benefício, um reconhecimento de todos os munícipes, de todo o concelho, através da atribuição de um conjunto de incentivos para que possam também aderir no futuro mais pessoas, mais jovens, aos bombeiros. Continuou dizendo que esta proposta irá permitir àqueles que estudam e se inscrevem nos bombeiros e dão as horas necessárias à atividade de proteção civil puderem beneficiar deste apoio de 500 euros, de terem o seu preço da água mais reduzido e poderem utilizar os transportes públicos municipais. Continuou dizendo que temos muitos voluntários no concelho que também prestam um trabalho notável na área social, na área desportiva, na área cultural, mas nenhum deles arrisca a vida para salvar a dos outros e nesse aspeto o regulamento foi pensado e estruturado tendo em conta esta especificidade.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Referiu ainda que esta é uma ação de protocolo / regulamento, que obriga sempre a inscrição e a ser comprovado que o bombeiro está no ativo, havendo a necessidade de existência de um nível de controlo para que este incentivo, estes benefícios não sejam banalizados. Disse que tem de haver um esforço de candidatura, de comprovar que a pessoa tem um nível de assiduidade e de envolvimento grande junto da sua corporação. Concluiu dizendo que Leiria era, dos municípios vizinhos, um dos que não possuía um documento deste género o que faz com que agora, com esta aprovação, se verifique um equilíbrio regional entre bombeiros de concelhos vizinhos e se possa ir de encontro àquilo que existe na maioria dos municípios portugueses.

O senhor deputado **Carlos Conceição** solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa antes da votação do assunto em apreço.

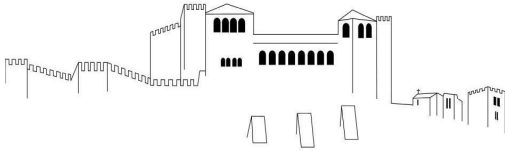
Questionou sobre a forma do aproveitamento. Referiu o fato de se se estiver a falar do secundário o aproveitamento é o passar de ano, mas se se estiver a falar do ensino superior pode-se chegar ao 5º ano com disciplinas do 1º por fazer. Apesar de irem votar de forma favorável gostariam do referido esclarecimento até porque entendem que os munícipes esperam de todos uma atitude de rigor e de objetividade, importando por isso detalhar objetivamente e com precisão o que é o aproveitamento, porque o aproveitamento na secundária é de uma maneira e na universidade é de outra.

O senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que no seu entendimento 50% não satisfaz o aproveitamento. Afirmou entender o pormenor referido pelo senhor deputado Carlos Conceição quando diz que no ensino superior o aluno pode ir passando de ano deixando cadeiras para trás. Na sua opinião considera a questão pertinente, mas entende que o 50% não lhe parece que seja aproveitamento, pois não alcançou os mínimos.

A ideia foi reforçada pelo senhor deputado Acácio Sousa. Afirmou que no ensino superior não há uma passagem de ano letivo, mas um conjunto de unidades curriculares que permitem que os alunos possam matricular-se nas unidades curriculares dos anos seguintes, ou seja, eles podem até estar matriculados no último ano em unidades curriculares do último ano, mas terem uma série de unidades do 1º, 2º e 3º por fazer.

Concluiu dizendo que eventualmente poderia ser considerada uma questão de redação de modo a existir um pouco mais de rigor na referida alínea.

O senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** sugeriu à Câmara, uma vez que não via forma de ultrapassar a situação, que trouxesse na próxima sessão ou noutra qualquer o referido ponto aditado para ser esclarecido. Afirmou que no momento presente, com o regulamento aprovado já nos outros órgãos anteriores e na ausência de espaço o assunto deveria ser votado tomando depois a Câmara em consideração as observações que forem feitas e agindo.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

O senhor deputado **Carlos Conceição** fez saber que o PSD vai manter a indicação de voto favorável, mas vai recomendar em conjunto o detalhe do que é o aproveitamento no ensino secundário e no ensino superior. Defendeu fazer sentido considerar uma taxa de aproveitamento e considerar 70% das cadeiras, por exemplo.

O senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** agradeceu a sugestão do senhor deputado Carlos Conceição e colocou o **Ponto 10** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com um voto contra do PCP**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho de Leiria**.

Ponto 11 - Nomeação de Juízes Sociais – Juízo de Família e Menores de Leiria –
Para conhecimento;

O senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** iniciou o ponto dando conta aos presentes de que ao contrário do inicialmente agendado, o mesmo necessitava de ser votado. Fez saber que existe uma listagem de juízes sociais que depois vão ser escolhidos de outra forma havendo necessidade de ser votada pela Assembleia, embora não figure na convocatória nesse sentido.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal - Gonçalo Lopes** prescindiu do direito do uso da palavra.

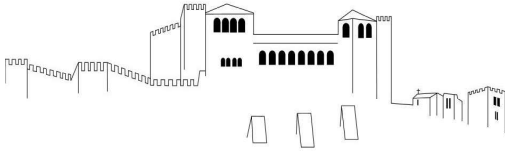
Não havendo inscrição para intervenções o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** colocou o **Ponto 11** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com uma abstenção do CDS-PP** a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Nomeação de Juízes Sociais – Juízo de Família e Menores de Leiria**.

Ponto 12 - Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais 2019 - Listagem de compromissos plurianuais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – Para conhecimento;

A Assembleia Municipal de Leiria **tomou conhecimento**.

Ponto 13 - Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos – Listagem de compromissos plurianuais da Câmara Municipal – Para conhecimento;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Leiria **tomou conhecimento.**

Ponto 14 - Processo n.º ON/2017/988 - Sónia Catarina Domingues Pereira – Desafetação do domínio público - Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara Municipal - Gonçalo Lopes** prescindi do direito do uso da palavra.

Intervenção da deputada municipal **Joana Cartaxo – PCP**

Referiu o fato de não conseguirem identificar no documento qual é a razão para a alteração. Disse não terem fundamentos para aprovar ou não. Afirmou ainda que também nada é dito relativamente aquilo que é o interesse público, se está ou não prejudicado na alteração.

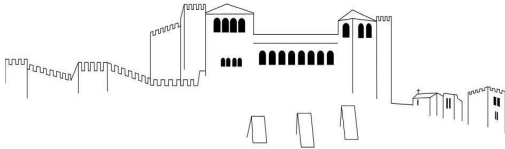
O senhor **Presidente da Câmara Municipal - Gonçalo Lopes** afirmou nada ter a acrescentar dado que a deliberação está clara.

Intervenção do senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Maceira – Vítor Santos**

Começou por esclarecer que relativamente a esta permuta o Município aprovou uma obra e na fase de construção o munícipe fez algumas alterações relativamente ao local de estacionamento tendo feito uma sugestão à Câmara, com uma nova planta de alterações. A sugestão apresentada foi a de alterar a posição do estacionamento e uma proposta de permuta do espaço pequeno, que tinha 19 m², por um outro parque de estacionamento maior. Uma vez que o Município já tinha anteriormente emitido um alvará com esta localização inicial e já tinha sido feito o registo na Conservatória a seu favor houve necessidade de fazer esta alteração. Para que a situação fique legalizada há a necessidade de a alteração vir à Assembleia Municipal desafetar do domínio público aquilo que tinha recebido para poder permutar com o munícipe agora o outro espaço. Concluiu dizendo que é apenas uma questão legal.

O senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva** Alves colocou o **Ponto 14** à votação. A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com duas abstenções do PCP e do PAN**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente ao **Processo n.º ON/2017/988 - Sónia Catarina Domingues Pereira – Desafetação do domínio público.**

Ponto 15 - Abertura de procedimentos concursais de recrutamento e seleção com vista ao provimento de titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau – Apreciação, discussão e votação;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

O senhor **Presidente da Câmara Municipal - Gonçalo Lopes** esclareceu ser o procedimento normal de autorização para abertura do concurso público e respetivo júri. Antes de iniciar a votação do ponto o senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** lembrou ser necessário proceder à votação em minuta das outras deliberações. O senhor **1º secretário da Mesa – José da Silva Alves** colocou o **Ponto 15** à votação. A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com duas abstenções do PSD e do PAN**, a proposta da Câmara Municipal de Leiria referente à **Abertura de procedimentos concursais de recrutamento e seleção com vista ao provimento de titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º grau.**

De seguida foram colocados a votação os pontos 7 a 15 da Ordem de Trabalho, tendo a Assembleia Municipal de Leiria deliberado por unanimidade, a sua aprovação em minuta, de acordo com o ponto 3 do Artº 57º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

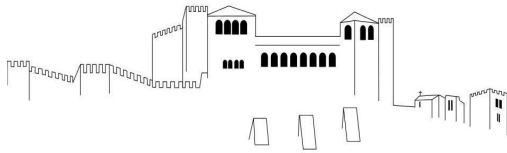
E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo **senhor 1º secretário, em regime de substituição**, encerrada a sessão, eram 21h25 horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 26 de junho e 6 de julho de 2020, **deliberou por maioria, com uma abstenção do PSD/MPT, aprovar a ata.**

O Presidente da Assembleia
António José de Almeida Sequeira



Município de Leiria
Assembleia Municipal

A Técnica Superior

Catarina Isabel dos Santos Clemente